

20 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Em crise interna, TJ da Bahia escolhe hoje nova cúpula

Presidente do órgão e sua antecessora foram afastados pelo CNJ por suspeita de envolvimento em fraude de precatórios

Candidato apoiado pelo governador baiano deve polarizar eleição com desembargadora do grupo de Eliana Calmon

DE SALVADOR

Em meio a um cenário de instabilidade, o Tribunal de Justiça da Bahia elege hoje seu novo comando.

A disputa deverá ser polarizada entre os candidatos da atual cúpula —que conta com o apoio do governador Jaques Wagner (PT)— e o grupo ligado à ex-corregedora-geral do CNJ (Conselho Nacional Justiça) Eliana Calmon.

Ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Calmon tem sido sondada pelo presidente Eduardo Campos (PE) para se filiar ao PSB e, em 2014, disputar uma vaga ao Senado pela Bahia e fortalecer seu palanque no Estado na campanha.

A eleição de hoje no tribunal acontece duas semanas após o CNJ determinar o afastamento do presidente do TJ, desembargador Mário Alberto Hirs, e de sua antecessora no cargo, desembargadora Telma Britto.

Ambos são investigados sob suspeita de má gestão no

TJ e participação em esquema de sobrevalorização de precatórios (dívidas do Executivo com ordem judicial de pagamento) que teria causado um prejuízo de R\$ 448 milhões aos cofres públicos.

Eles negam as acusações e falam em “caça às bruxas”.

DISPUTA VOTO A VOTO

Hoje, a expectativa é por uma briga acirrada pelo cargo de presidente, que será disputado pelos desembargadores Eserval Rocha, Lícia Laranjeira e Ivete Caldas.

Rocha e Laranjeira são apontados como favoritos —votam todos os 40 desembargadores que compõem o tribunal.

A desembargadora Ivete Caldas corre por fora, buscando criar uma terceira via.

Atual presidente interino, Rocha é tido como o candidato da situação e conta com o apoio de Mário Hirs, Telma Britto e do desembargador aposentado Carlos Alberto Dutra Cintra —que presidiu o tribunal entre 2004 e 2005, rompendo um ciclo de influência do senador Antônio Carlos Magalhães (morto em 2007) no tribunal baiano.

Lícia Laranjeira, por sua vez, conta com o apoio da ministra Eliana Calmon e da ex-presidente do TJ-BA no biê-

nio 2008-2009, Sílvia Zarif.

A eleição para a presidência deverá reeditar a disputa de 2012, quando a desembargadora Sara Brito foi eleita para presidir o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) da Bahia com o apoio de Zarif e Calmon, vencendo pela diferença de apenas um voto a desembargadora Dayse Lago, candidata de Dutra Cintra.

RESGATE

A escolha do novo presidente é encarada como um passo inicial para um processo de “resgate” do TJ-BA.

Na avaliação do vice-presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), o baiano Rosalvo Vieira, a classe espera que o novo gestor possa reunificar a corte.

“O eleito terá que ter a capacidade de criar uma agenda positiva que possa resgatar a autoestima da magistratura baiana”, afirma Vieira.

Segundo ele, os três candidatos que pleiteiam o posto são qualificados e terão condições de enfrentar o momento de crise no tribunal.

Além do presidente, serão eleitos hoje dois vice-presidentes, um corregedor-geral e um corregedor para as comarcas do interior. Todos devem tomar posse em fevereiro de 2014 (JOÃO PEDRO PITOMBO)

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

20 NOV 2013

SOB NOVA DIREÇÃO

TJ da Bahia faz eleição após afastamento de presidente e antecessora

Margarida Neide - 17.abr.2013/Ag. A Tarde



Os desembargadores Telma Britto e Mário Hirs

O QUE ACONTECEU

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) afastou no início deste mês e vai investigar o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Mário Alberto Simões Hirs, e sua antecessora Telma Laura Silva Britto

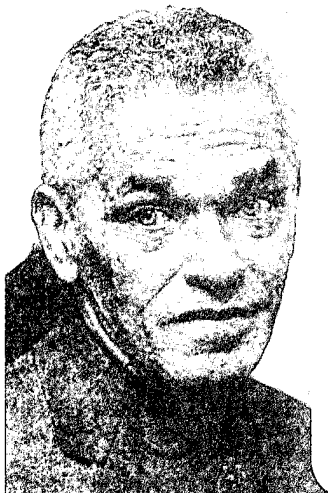
INVESTIGAÇÃO

Os desembargadores são acusados de participar de um esquema que inflou precatórios pagos pelo Estado e que teria causado um prejuízo de R\$ 448 milhões aos cofres públicos

DEFESA

O advogado dos investigados disse que seus clientes cumpriram decisões judiciais ao pagar os precatórios; em entrevista à **Folha**, os desembargadores disseram que o CNJ faz "caça às bruxas"

CANDIDATOS FAVORITOS



Xando Pereira - 16.nov.2011/Ag. A Tarde

ESERVAL ROCHA

Graduado pela Universidade Federal da Bahia, está na magistratura desde 1981 e no TJ-BA desde 2004. É o preferido dos afastados Mário Alberto Hirs e Telma Britto e do governador Jaques Wagner (PT)



Rejane Carneiro - 4.dez.2006/Ag. A Tarde

LÍCIA LARANJEIRA

Formada pela Universidade Católica de Salvador, está na magistratura em 1980 e é desembargadora desde 2003. Tem o apoio da ex-corregedora do CNJ Eliana Calmon e da ex-presidente do TJ baiano Sílvia Zarif

20 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Juiz afastado do TRT recebe salário integral

Desembargador punido por envolvimento com quadrilha de Cachoeira deveria ter tido vencimentos reduzidos em abril

Tribunal diz que punição só começa a valer depois que a aposentadoria do magistrado for avalizada pela presidente Dilma

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Afastado do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de Goiás em março por envolvimento com a quadrilha de Carlinhos Cachoeira, o juiz Júlio Cesar Cardoso de Brito continua recebendo salário integral.

O tribunal descumpre decisão da própria corte, mantida pelo Tribunal Superior do Trabalho, que determinou a aposentadoria compulsória, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Oriundo da advocacia, o desembargador tinha apenas quatro anos de magistratura.

Desde abril, quando o TRT já deveria ter reduzido os pagamentos, ele recebe mensalmente R\$ 25.323,51, valor igual ao pago aos demais membros da corte.

Brito foi afastado em processo administrativo que o condenou pela prática de corrupção passiva, advocacia administrativa, tráfico de influência, exploração de prestígio, quebra de decoro e improbidade administrativa.

O TRT alega que a punição só produzirá efeitos financeiros depois que a presidente Dilma Rousseff assinar o decreto de aposentadoria do desembargador. O tribunal informa que segue recomendação do Conselho Superior da

Justiça do Trabalho, mas essa orientação vale apenas para aposentadorias voluntárias, não para penalidades.

Em abril, o presidente em exercício do TRT, Planton Teixeira de Azevedo Filho, rejeitou pedido de Brito para suspender a condenação. Havendo reversão da decisão, a União poderia ressarcir-lo depois — e não o contrário.

O TST também rejeitou recursos de Brito. O juiz alegou que, se a decisão fosse mantida, deixaria de receber sua única fonte de sustento para si e sua família.

Para Brito, a hipótese de receber apenas o valor proporcional ao tempo de serviço lhe importaria “diversos e irremediáveis prejuízos”. Além dos quatro anos de magistratura, ele tem direito aos eventuais anos de contribuição anterior ao INSS, caso tenha registrado tal período no tribunal.

Brito foi acusado de intervir junto a outro juiz em favor de empresas do grupo de Cachoeira. Recebeu presentes de membros da quadrilha, tais como o custeio parcial de um veículo Citroen C4 Pallas.

Escutas telefônicas autorizadas pela Justiça revelaram que o juiz pretendia condecorar com medalhas do tribunal o irmão de Cachoeira, Marco Antônio de Almeida Ramos, e Gleyb Ferreira da Cruz, citado nos autos como “braço operacional” da organização criminosa desbaratada pela “Operação Monte Carlo”. As comendas não foram concedidas.

Com a aplicação da pena de aposentadoria compulsória, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a perda do foro privilegiado de Brito, remetendo o inquérito criminal que apura sua conduta sobre o aspecto penal à primeira instância da Justiça Federal em Goiás.

Decisão só terá efeito com decreto, afirma tribunal

O Tribunal Regional do Trabalho de Goiás informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a decisão que resultou na aposentadoria compulsória do desembargador afastado Júlio Cesar Cardoso de Brito ainda precisa ser oficializada.

De acordo com o órgão, a decisão — que implica na redução dos vencimentos do magistrado — “só produzirá efeitos financeiros após a assinatura do decreto de aposentadoria” pela presidente Dilma Rousseff.

O tribunal goiano afirma ainda que “os autos foram encaminhados [à Presidência da República] por intermédio do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos termos da Recomendação CSJT nº5/2008”.

DESCONTO RETROATIVO

Ainda segundo o tribunal, “após a assinatura do decreto, os valores pagos a mais serão deduzidos retroativamente até o limite da data da publicação do acórdão”.

O advogado do magistrado, Felicíssimo Sena, foi procurado pela reportagem, mas não se manifestou.

20 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Negra, branca, plural

Em uma sociedade como a brasileira, Dia da Consciência Negra se empobrece com a insistência em reivindicações baseadas na cor da pele

Um missionário americano, R.H. Stone, visitava a África Ocidental em meados do século 19, quando se deparou com a cidade de Abeokuta, no território que hoje corresponde ao da Nigéria.

“O que contemplei”, conta, “destituiu minha mente de muitos erros a respeito da África. A cidade (...) tem aproximadamente 200 mil habitantes. Em vez de selvagens preguiçosos e nus, vivendo apenas dos frutos da terra (...), lá viviam pedreiros, ferreiros, carpinteiros, negociantes (...) Fabricam navalhas, espadas, estribos. As mulheres fiam, tecem, negociam...”

Ao ler essas linhas, muitos brasileiros ainda hoje provavelmente sentirão a surpresa que acometeu o religioso cerca de 150 anos atrás. É citando esse autor que um historiador da arte africana, Robert Farris Thompson, inicia “The Flash of The Spirit” (“O Lampejo do Espírito”), livro de 1983.

A narrativa merece ser lembrada no Dia da Consciência Negra, que hoje se comemora em várias cidades. Ainda que o feriado seja ocasião para reivindicações específicas dos afrodescendentes, há mais a considerar. Em primeiro lugar, o desconhecimento que persiste, no Brasil, diante de uma tradição cultural que a todos diz respeito.

Conforme avançam as discussões sobre discriminação racial e sobre cotas para descendentes de

africanos —de modo mais injustificável do que nunca, quer-se estendê-las ao Congresso—, é como se uma mitologia substituísse a outra.

Houve, de início, a lenda de um “branqueamento” gradual e “desejável” da população negra, absorvida sem maiores traumas numa sociedade que a oprimiu.

Veio, em seguida, o enaltecimento de uma “herança negra”, de uma “cultura negra”, como se não houvesse várias, e adversas entre si, na própria população que o tráfico arrastou às costas brasileiras.

O célebre sincretismo religioso, que teria unido tradições católicas e culto africano numa mesma fé, tem sido objeto de versões simplificadas. Por força de guerras e conquistas, também as divindades dos caçadores de escravos do Daomé misturaram-se às dos iorubás em diáspora, tendo de haver-se ainda com a “jihad” muçulmana dos fulani mais ao norte. Um sincretismo africano, portanto, precedendo e somando-se ao cristianizante.

Complexidades culturais desse tipo não se resumem à bandeira de uma única cultura “negra”; nem a “consciência negra” tem seus limites na reivindicação antiuniversalista de prerrogativas especiais segundo a cor da pele.

A consciência negra será brasileira, e será universal, ou não será consciência de nada, exceto do particularismo de alguns militantes.

O feriado de hoje ganha ao ser entendido dessa perspectiva —que é a de uma sociedade complexa, com direitos iguais para todos e com culturas variadíssimas, que, misturando-se e conhecendo-se, enriquecem cada um de nós.

20 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Luta contra a lentidão

DEBORAH DUPRAT

Se persistir o atual ritmo de regularização fundiária, os 2.007 quilombos terão que aguardar 175 anos para terem seus processos concluídos

Em 20 de novembro, comemorado como o Dia da Consciência Negra, costuma-se repetir um ritual: o governo federal anuncia medidas dirigidas à população negra voltadas à correção das desigualdades raciais e à promoção da equidade de oportunidades.

Espera-se que, neste 2013, algo ocorra em relação às comunidades de remanescentes de quilombos, apesar de o tema ainda estar cercado de um misto de preconceito, desconhecimento e resistência.

Não obstante haja um consenso relativamente tranquilo quanto ao caráter emancipatório e libertador da Constituição de 1988, e se avancem, ainda que com percalços, as lutas das mulheres, das pessoas com deficiência, da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), dos povos indígenas e mesmo da população negra, as comunidades quilombolas, aparentemente, são vistas fora desse contexto.

É bem verdade que o sistema hegemônico do período anterior foi bastante eficaz na invisibilidade dessas comunidades. A menção a quilombos fazia evocar Palmares e os remetia a um passado condenado aos livros de história.

Excluídas da sociedade de grande formato, ausentes dos mapas e dos censos, essas comunidades, que nada tinham a perder, transformaram sua tragédia em um capital formidavelmente poderoso no processo constituinte: foram reconhecidas como sujeitos de direito e proprietárias das terras que tradicionalmente ocupavam. Inseriam-se, assim como outros atores, no espaço agora plural da sociedade nacional.

Aparentemente, também se tornaram visíveis. Dados oficiais fornecidos pela Fundação Cultural Palmares e atualizados até 25 de outubro de 2013, dão conta da existência de 2.007 comunidades certificadas desde 2004 até o momento.

Volta e meia, no entanto, veem impugnadas essas certificações, o que revela resquício ainda presente de práticas hegemônicas, principalmente aquela das classificações/oposições binárias: nós/eles.

Convém lembrar que, nesses dualismos, um dos termos é sempre valorizado: um é a norma, o normal; o outro, o desviante, de fora. Por isso, é intuitivo que, numa sociedade plural, nenhum grupo tenha o poder das designações, das definições. Não há um centro determinado que produza identidades fixas, mas identidades afirmadas pelos próprios atores sociais, singular e/ou coletivamente, e mobilizadas politicamente.

Mas o quadro realmente desalentador é o da regularização fundiária. Passados 25 anos da atual Constituição e dez anos do decreto nº 4.887 —que regulamenta o processo de titulação das áreas quilombolas—, tem-se, segundo dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de 2004 a 2012, 92 áreas tituladas: 23 pelo governo federal; 69 pelo estadual.

Se persistir esse ritmo, as 2.007 comunidades certificadas pela Palmares terão que aguardar aproximadamente 175 anos para que todos os processos a elas pertinentes estejam concluídos.

Concede-se, como dito acima, que parte dos problemas, situados especialmente no início dessa política, é resultado de desconhecimento. Não se passa de uma sociedade hegemônica para uma sociedade plural sem perplexidades e dúvidas.

Mas não é mais possível se valer desse discurso. Há estruturas administrativas voltadas ao tema que se presumem capazes de realizar o direito previsto na Constituição.

Terry Eagleton lembra que “a morte nos mostra a natureza essencialmente indomável de nossas vidas e, consequentemente, algo de equívoco de tentar dominar a vida de outros”. Pierre Bourdieu, por sua vez, adverte que uma das formas mais eficazes de controle do outro é a do seu tempo.

Por isso, a luta que se faz necessária é por uma administração mais célere, curiosa e atenta à novidade do que nostálgica de suas certezas.

DEBORAH DUPRAT, 54, é subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

20 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO
PAINEL

Data venia 1 Márcio Thomaz Bastos protocolou reclamação no STF para que seu cliente, José Roberto Salgado, condenado no mensalão, tenha a prisão revogada até que a corte julgue seus embargos infringentes.

Data venia 2 O ex-ministro da Justiça apresentou embargos sobre todas as condenações e penas dadas ao ex-diretor do Banco Rural. Ele quer que o plenário decida sobre os recursos. Seu pedido foi distribuído para o ministro Luís Roberto Barroso.

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Assembleia

“ressuscita” reajuste de 50% em taxa do Judiciário

Engavetado desde 2012, projeto que aumenta verba destinada ao Funrejus será colocado em votação até dezembro. Mas deputados vão negociar percentual menor

Euclides Lucas Garcia

Além do projeto que reajusta em 11,45% as custas dos cartórios do Paraná, a Assembleia Legislativa vai votar até o fim do ano o projeto do Tribunal de Justiça (TJ) que aumenta em 50% a taxa do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). Mas, para isso, os líderes partidários vão se reunir na próxima segunda-feira com o presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, na tentativa de baixar o índice proposto.

Enviado ao Legislativo no final do ano passado pelo então presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourri Neto, o projeto prevê aumento na

taxa do Funrejus dos atuais 0,2% para 0,3%. O percentual incide em praticamente todos os serviços ofertados nos cartórios extrajudiciais — entre as exceções estão as autenticações e o reconhecimento de firmas. Ao comprar um imóvel no valor de R\$ 100 mil, por exemplo, o contribuinte vai pagar R\$ 300 — em vez dos R\$ 200 cobrados hoje. Em alguns serviços, essa taxa é cobrada pelos cartórios e depois repassada ao tribunal; em outros o contribuinte retira a guia e paga diretamente no banco. O fundo foi criado em 1998, pelo então governador Jaime Lerner, para custear despesas do Judiciário.

No fim de 2012, em meio à polêmica em torno da proposta que aumentava em até 300% as custas dos cartórios, o presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), se recusou a colocar a matéria do Funrejus em votação. Agora, quase um ano depois, ele decidiu levar o projeto a plenário, diante da “abertura de diálogo” que tem tido com o Judiciário. Mas ponderou: “Esse valor [de 50%] está muito alto. Vamos tentar encontrar uma alternativa, assim como encontramos no caso das custas”.

Reajuste anual

No encontro da próxima semana, Rossoni também pretende discutir com o presidente do TJ uma alteração no projeto que reajusta o valor de referência de custas de cartórios (VRC) — utilizado como base para determinar o valor de cada serviço — de R\$ 0,141 para R\$ 0,157 a partir de 1.º de janeiro. Além do aumento linear de 11,45%, o tribunal pretende que o presidente da corte possa atualizar anualmente o VRC por meio de decreto, com base na inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para 2013, por exemplo, as projeções atuais estimam o IPCA em 5,85%.

“Isso retira poder do Legislativo. Os próprios deputados já manifestaram o desejo de suprimir esse artigo por meio de emenda. Então, melhor fazer através do entendimento”, justificou Rossoni.

Para valerem em 2014, as mudanças propostas pelo TJ precisam ser aprovadas pelos deputados ainda neste ano.

“Esse valor [de 50%] está muito alto. Vamos tentar encontrar uma alternativa, assim como encontramos no caso das custas [dos cartórios].”

Valdir Rossoni (PSDB), presidente da Assembleia.

GAZETA DO POVO

ROGÉRIO WALDRIGUES GALINDO

Cubram a estátua do barão

20 NOV 2013



Edson Ramon, presidente da Associação Comercial do Paraná, deveria mandar cobrir hoje o busto de Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul. A estátua homenageia o fundador da Associação, que provavelmente estaria profundamente envergonhado com o caminho que seu sucessor adotou. Empresário dos bons, o barão sabia que dinheiro não é tudo nessa vida — e por isso ainda hoje nos lembramos dele.

A atuação política mais famosa do barão se deu na Revolução Federalista. Os rebeldes gaúchos, que seguiam rumo ao Rio de Janeiro para tentar derrubar o presidente, chegaram a Curitiba. A cidade havia sido abandonada pelos governantes. O barão se dispôs a coletar o dinheiro exigido pelos rebeldes. Em troca, conseguiu a promessa de que não haveria saques e que a cidade não seria atacada pelas tropas. Teve sucesso. Poupano vidas. Como paga, assim que a revolução foi contida, acabou assassinado pelo regime de Floriano Peixoto, acusado de traição. Uma cruz na estrada de ferro para Paranaguá marca o local em que foi baleado.

Mas o barão também foi abolicionista. Aderiu à causa e decidiu que precisava juntar dinheiro para que em breve pudesse se dizer que Curitiba não tinha mais escravos. Dizem que ignorou até mesmo uma crise econômica que afetou suas empresas e continuou fazendo caixa para libertar os negros. Eis a diferença entre ter dinheiro e saber o que fazer com ele.

Mais de um século depois, a ACP se volta contra uma rara iniciativa tomada em Curitiba para lembrar a tragédia negra no Brasil. Curitiba, que sempre adotou o marketing de capital europeia, que durante muito tempo tentou até mesmo negar em livros de história a presença de escravos, sempre evitou lembrar os que sofreram pelo nosso desenvolvimento. Fez praças centrais para quase todos os povos que para cá vieram. Os negros foram homenageados no Pinheirinho, longe dos olhos dos turistas.

Como não estamos mais na época da Colônia e os vereadores não são mais tirados dentre os “homens bons” — eufemismo para os brancos ricos que tinham direito ao poder político — a Câmara agora não consegue mais negar alguma memória a essa população, que afinal responde por 20% dos votos.

CONTINUA

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

E propôs o feriado que se comemoraria hoje, dia da Consciência Negra. Mas

a Associação Comercial alegou possíveis danos econômicos — perda de lucro, de faturamento — para barrar a iniciativa no Judiciário.

O argumento econômico não é novo na história dos negros no Brasil. Foi em nome da viabilidade da exploração do território que se trouxeram escravos da África. Foi para garantir a pujança e o progresso da nação que por muito tempo se combateu o abolicionismo. Nunca era o racismo. Sempre havia uma desculpa perfeita: o desenvolvimento econômico. A Associação Comercial, que deveria se orgulhar de ter contrariado essa história no momento de sua fundação, preferiu retomar o argumento que novamente ocultou a história de nossos negros.

Em certa medida, os gestores da ACP estão mesmo prestando uma homenagem ao Barão. Estão mostrando como são raros os homens como ele.

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO
20 de Novembro
Dia da Consciência Negra.

A **Associação Comercial do Paraná**, obteve, em caráter liminar, a suspensão do feriado do Dia da Consciência Negra. A ACP aguardará com todo o respeito o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade arguida pela entidade junto ao Tribunal de Justiça do Paraná.

Em consideração aos seus milhares de associados e à cidadania em geral, a ACP ratifica que em nenhum momento se deixou pautar pelo viés da discriminação, embora não encontre razões para se desviar do cristalino argumento dos pesados prejuízos ao setor produtivo, além da flagrante inconstitucionalidade da decretação do feriado.

X Como é do conhecimento de todos e para desfazer versões contraditórias, na condição de entidade de classe empresarial, a ACP é inteiramente solidária às manifestações cívicas visando o resgate e a valorização da Consciência Negra, em apreço à presença histórica e grande contribuição de afrodescendentes no processo de desenvolvimento do nosso Estado.

Edson José Ramon
Presidente



OXO ACP

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

UTFPR, IFPR e PUCPR não terão aulas hoje

Instituições optaram por manter o calendário letivo original. Aulas serão repostas posteriormente

Jônatas Dias Lima e
Antonio Senkovski

A indefinição em torno do feriado do Dia da Consciência Negra levou algumas instituições de ensino superior a manterem o recesso planejado para esta quarta-feira, dia 20. Embora o feriado tenha sido suspenso por uma liminar obtida na Justiça pela Associação Comercial do Paraná (ACP), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) optaram por manter o calendário letivo, que previa o feriado. Com isso, as aulas serão repostas posteriormente.

Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Reitoria optou por liberar as coordena-

ções dos cursos para decidirem se darão aulas ou não. Recomenda-se que os alunos entrem em contato com seus professores para confirmarem o recesso. Ainda em Curitiba, as universidades Positivo (UP) e Tuiuti do Paraná (UTP) confirmaram que haverá aula normalmente nesta quarta-feira.

Ação

O coletivo formado por entidades que representam o movimento negro na capital paranaense ainda tem pelo menos dois recursos judiciais para tentar manter o feriado do Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, em Curitiba. Os processos, no entanto, dificilmente terão pareceres para este ano e a briga pelo feriado nos tribunais deve adentrar 2014.

LONDRINA

Prefeitura decreta ponto facultativo para esta quarta-feira

Juliana Gonçalves e Telma Elorza,
do *Jornal de Londrina*

Mesmo sem ter sido notificada oficialmente pelo Tribunal de Justiça do Paraná sobre a suspensão do feriado do Dia da Consciência Negra, hoje, a prefeitura de Londrina decidiu decretar ponto facultativo na cidade. Órgãos da administração direta, indireta, fundacional e autarquias não terão expediente. Serviços essenciais, como saúde e coleta de lixo, vão funcionar normalmente.

A rede municipal de ensino manterá o calendário que previa o feriado. Portanto, não haverá aula. Segundo o procurador do Município, Zulmar Fachin, o recesso já estava previsto no calendário escolar. "Por isso, não há previsão de merenda nem de transporte para as escolas", disse. As mães que terão de trabalhar e não terão as escolas para deixar os filhos devem procurar alternativas. "Essa confusão toda nos deixou em uma situação esdrúxula", comentou.

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Cultura negra

20 NOV 2013

Hoje, dia em que se comemora a Consciência Negra, é bom lembrar que há dez anos foi aprovada uma lei tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas de ensino fundamental e médio. Embora a temática esteja prevista na legislação, entidades ligadas à defesa da população negra dizem que as escolas insistem em não cumprir a determinação. Mas também há exemplos positivos. Um deles é o do Centro Municipal de Educação Infantil Kalin Youssef Youssef, de Londrina. O trabalho começa na brinquedoteca, onde os alunos são estimulados a brincar também com bonecas negras, além de escutar músicas com ritmos africanos. As crianças da pré-escola, de 3 a 5 anos, imergem no assunto semanalmente. Elas já conheceram, por exemplo, a história do marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata, e a origem do samba.

Aceitação

O projeto, permanente, surgiu do interesse de duas professoras: Gleisse Cristiane Serra Martins e Elaine Figueiredo. Apesar de a lei prever o ensino da temática a partir do 5º ano do fundamental, as docentes verificaram a necessidade de iniciar o trabalho ainda na educação infantil. "É importante sensibilizar as crianças para esse assunto, para aceitarem a cultura negra e até para se aceitarem como negras", afirma a diretora da escola, Simone Consolari Borges. Segundo a professora Gleisse, crianças negras que se diziam "morenas" ou "marrons" passaram a aceitar a negritude depois das atividades, que começaram há dois anos.



Por falar nesse assunto, amanhã, dia 21 de novembro, será lançado o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná. A função do conselho será deliberar sobre políticas públicas que promovam a igualdade racial, além de monitorar e fiscalizar essas políticas.

NOTAS POLÍTICAS

Sem feriado 1

O presidente da Câmara de Curitiba, vereador **Paulo Salamuni (PV, foto)**, esteve no Supremo Tribunal Federal (STF) para defender a posição do Legislativo curitibano em relação ao feriado do Dia da Consciência

Negra, comemorado hoje em diversas cidades. O ministro do STF Gilmar

Mendes não concedeu liminar à

Câmara e o feriado segue sus-

penso em Curitiba, como deci-

diu o Tribunal de Justiça a pedido da Associação Comercial do Paraná (ACP).



Sem feriado 2

Salamuni negou que a Câmara tenha "esquecido" de anexar a decisão do TJ ao pedido de liminar, como chegou a ser divulgado. "Vale a decisão, mas não há publicação dela. Na dúvida deveria prevalecer a vontade dos representantes do povo, mas deixaram prevalecer a vontade de uma associação." O STF ainda vai julgar o mérito da ação. Caso a decisão seja pela derrubada da decisão do TJ, Curitiba só terá feriado em 2014.

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Feriado 1

Mesmo não sendo feriado, o Dia da Consciência Negra é um momento de reflexão sobre como a sociedade brasileira vê, pensa e trata sua população descendente dos negros escravizados por mais ou menos 340 anos. Será que nossa sociedade atual seria menos pobre, desigual, violenta e intolerante se em 1888 tivesse dispensado aos negros libertos as mesmas oportunidades que ofereceu aos imigrantes? Se observarmos quantos de nossos vizinhos, colegas, amigos e parentes são afrodescendentes, será que esse número corresponde ao percentual de curitibanos negros?

Paulo Rolando de Lima, arquiteto, professor da UTFPR

Feriado 2

Que bom que o STF enterrou de vez esse feriado insólito. Intrigante é a reação do digníssimo presidente da Câmara de Curitiba, que afirmou que "quem fala em nome da cidade é a Câmara. É ela que representa o povo, não o poder econômico". Na hora de organizarem suas campanhas, eles contam com o poder econômico; aliás, o que seria deles sem os impostos recolhidos pelo poder econômico? Para quem não produz nada, e em nada contribui para a geração de renda, a vida deve ser um eterno feriado mesmo.

Paulo Lugli

Feriado 3

É lamentável que um professor universitário, Luiz Carlos Paixão da Rocha (*Gazeta*, 19/11), pregue em seu artigo a Lei de Talião. Já que a escravidão da raça negra teve motivação econômica, então seria justo um feriado que economicamente prejudique industriais, comerciantes e comerciários? O professor também se mostra desatualizado sobre quem realmente foi Zumbi dos Palmares. Dezenas de historiadores já desmistificaram a imagem construída por escritores marxistas entre as décadas de 50 a 80. Zumbi, como qualquer outro grande guerreiro da época, possuía seu séquito de escravos e vez por outra vendia escravos aos portugueses.

Luiz César Busch Ziliotto

GAZETA DO POVO

LUIZ CLAUDIO OLIVEIRA
lulzs@gazetadopovo.com.br

Acordes Locais

Amúsica sem os negros

Hoje é o Dia da Consciência Negra. O poder econômico e o judiciário não deixaram que a data fosse homenageada com um feriado. Não se pôde perder o dinheiro de um dia. Um dia que não é apenas mais um dia, igual aos outros dias.

A escravidão no Brasil, que também foi apoiada pelo poder econômico e pelo judiciário da época, durou três séculos e meio. Aproximadamente 130 mil dias. Dias de vergonha. Dias infames. Dias para não esquecer e não repetir. Agora, passados cerca de 45 mil dias do fim da escravidão no Brasil, aqueles 130 mil dias não valem um dia.

Mas esta é uma coluna de música. Cantarei com Cartola a composição de Candeias, dois negros: "Deixe-me, preciso andar/ vou por aí a procurar/ rir pra não chorar."

A música popular mundial seria muito chata sem os negros. Não existiriam o blues, o jazz, o rock, o rap, o samba, os ritmos nordestinos brasileiros, a rumba, o mambo e outros ritmos latinos, os ritmos árabes, os indianos ... Dançaríamos valsa, polka e mazurka.

Na corrida da Corrente

A foto que ilustra esta coluna foi feita por Kraw Penas, um fotógrafo negro, durante a Corrente Cultural de Curitiba, na Boca Maldita. Esta é a turma da Karol Conka, MC curitibana, negra, que com toda a sua beleza, gentileza e generosidade abriu o palco para convidados locais e forasteiros e transformou a Boca Maldita em uma grande festa de várias vertentes do rap. E ela, representante da música curitibana, está toda confortável sendo mainstream, merecidamente. E viva a mistura!

Assim como a alma (né, André Abujamra?), a música não tem cor. Quanto mais misturada, melhor. Assim como Karol Conka misturou amigos e tendências sobre o palco da Boca Maldita, eu me misturei na Corrente Cultural, cor-

20 NOV 2013

rendo de um palco a outro. Aqui faço um resumo do que vi e senti, lembrando que, em um evento desse tamanho, não dá para ver e ouvir tudo e, aqui neste espaço, também não dá para escrever tudo.

No TUC, sala Ivo Rodrigues, aconteceram ótimos shows. Vi Punkake e Cabes MC. Vi Narciso Nada partindo para um novo e interessante caminho. Vi o Sick Sick Sinners quebrar tudo com a energia e a competência de sempre. E, principalmente, vi Charme Chulo, para mim um dos melhores shows de toda a Corrente, com a mistura de rock e música caipira, de uma qualidade excepcional.

Do TUC para outro palco, o da Carlos Gomes, com outro tipo de som. Uakti e a Orquestra de Câmara de Curitiba, apesar do grande atraso que atrapalhou minha perambulação sonora no dia, fizeram uma bela apresentação. Música de excelência que mistura elementos tradicionais, clássicos, a instrumentos criativos, exóticos.

Nas Ruínas de São Francisco, vi Anacrônica recuperando a melhor fase e se preparando para novos voos de forma consistente. Vi o Maxixe Machine, com o som um pouco pior, mostrar porque deve ser referência em música, letra e criatividade para todas as bandas de Curitiba.

CONTINUA

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

E, principalmente, vi a Confraria da Costa reunir um público enorme e vibrante e pôr todo mundo para cantar e dançar ao som de seu rock pirata, num belo encerramento de atividades sonoras de um sábado musical.

Vi outras boas apresentações, como Thayana, Alexandre Nero e a Orquestra à Base de Sopro, Moska e a Orquestra à Base de Corda. Vi o novato Ravi homenagear Waltel Branco. Vi a mistura total no palco da Monsenhor Celso, onde tocava quem queria, sem burocracia (uma grande ideia que deve ser mantida):

Mas também vi falhas. A baixa potência e má distribuição sonora atrapalhou quem ficou longe dos palcos mais lotados. O show de Moraes Moreira, que já tem um problema de voz, foi atrapalhado pela reverberação (eco) em vários pontos da plateia. Esses problemas não são notados pela maioria dos jornalistas credenciados, autoridades e organizadores, porque eles assistem aos espetáculos em locais privilegiados.

Mas os problemas não invalidam a grande festa. Este evento merece ter vida longa.

A propósito, a Corrente Cultural de Curitiba deste ano acertadamente homenageou e recebeu o nome de Waltel Branco, este, que é o maior músico popular do Paraná. Também um negro.



Karol Conka e seus convidados no show da Boca Maldita: festa do rap.

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

PF prende

7 pessoas

no Paraná

por abuso

de crianças

Das 25 pessoas presas ontem pela Polícia Federal em 11 estados por prática de pedofilia, 7 são do Paraná. Os detidos estão envolvidos na divulgação de imagens pornográficas de crianças e adolescentes a partir de um site hospedado na Rússia. As vítimas nas imagens tinham de 6 meses a 16 anos de idade. Em outro caso, a Polícia Civil do estado investiga uma página do Facebook que expõe fotos de adolescentes seminuas, supostamente de Curitiba.

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

PF prende 25 acusados de pedofilia

Operação
"Glasnost"
desarticula rede de
compartilhamento
de imagens
pornográficas
de crianças e
adolescentes a partir
de site na Rússia

Adriana Czelusniak e

Antônio Senkovski

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a maior operação de combate à pedofilia no Brasil com a prisão de pelo menos 25 pessoas — 24 delas em flagrante — em 11 estados. Elas são suspeitas de compartilhar imagens pornográficas de crianças e adolescentes a partir de um site hospedado na Rússia. Por isso, a operação foi chamada de "Glasnost" (que significa transparência, em russo).

Sete acusados foram detidos no Paraná — quatro em Curitiba e os outros em Londrina, Apucarana e Campo Mourão. Ao todo, foram expedidos 86 mandados de busca e apreensão cumpridos por cerca de 400 policiais. Segundo a PF, cerca de 200 brasileiros ainda são investigados e outras prisões podem ser decretadas. Também estão sob suspeita dois brasileiros que moram nos Estados Unidos. Um deles está sendo procurado pelo FBI, a polícia federal norte-americana.

Segundo o delegado da PF Flávio Setti, responsável pela operação, as vítimas nas imagens tinham de 6 meses

a 16 anos de idade e eram de ambos os sexos. Entre os detidos pela polícia estão um policial militar, um soldado da Aeronáutica, diversos professores, um chefe de grupo de escoteiros e também os próprios pais das vítimas.

As investigações ocorrem há dois anos e foram iniciadas depois que pedófilos presos passaram a mencionar repetidamente o nome do site russo. A partir disso, a PF investigou os brasileiros que faziam parte do site, são cerca de 300 os perfis monitorados. "É uma operação de grande envergadura e repercussão, conseguimos um volume muito grande de conteúdo relacionado à pornografia infantil. O anonimato na internet é um mito, pois tudo o que é feito deixa rastro. Qualquer ato na internet é passível de investigação", afirma Setti.

O delegado diz que a troca de imagens gerava um círculo vicioso de abuso para obter novos materiais pornográficos. "Além de eles incentivarem a prática absurda da pedofilia pelo compartilhamento de imagens, acabam também produzindo imagens para usar como moeda de troca e conseguir novos materiais."

Posse é crime

O delegado lembra que só a posse de imagens de pornografia infantil já é crime pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com pena prevista de um a quatro anos de reclusão. Se há o compartilhamento dessas imagens, a pena aumenta para de três a seis anos e, se há comprova-

ção do abuso sexual, a punição é ainda maior.

A PF cumpriu mandados de busca no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Goiás. No Paraná, a operação ocorreu nas cidades de Fazenda Rio Grande, Curitiba, Almirante Tamandaré, Mandirituba, Paranavaí, Campo Mourão, Maringá, Londrina, Santo Antônio da Platina e Apucarana.

CONTINUA

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CRIME CIBERNÉTICO

Operação da Polícia Federal descobre rede de pedófilos em site de compartilhamento de imagens. Confira o esquema:

1 Um popular site de compartilhamento de imagens hospedado na Rússia passou a ser usado por pedófilos, que criaram álbuns públicos e privados para armazenar fotos e vídeos de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual.



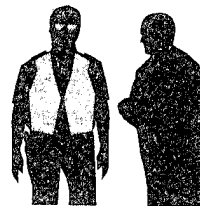
2 O site foi citado por pedófilos presos no Brasil e, a partir disso, a Polícia Federal (PF) começou a monitorar os álbuns públicos da página.



3 A PF descobriu uma rede com mais de 300 perfis de pedófilos brasileiros dentro do site e iniciou a Operação "Glasnost", com a participação de 400 policiais.



4 Ontem, foram cumpridos 86 mandados de busca e apreensão em 11 estados. Ao menos 25 pessoas foram presas, sete delas no Paraná. Quatro em Curitiba e três no interior (Londrina, Apucarana e Campo Mourão).



Fonte: Polícia Federal. Infografia: Gazeta do Povo.

DNA

Fez parte da Operação Glasnost a coleta de material genético de suspeitos. A intenção é colocar amostras de DNA dos possíveis criminosos em bases de dados que permitam cruzar as informações com as investigações de casos de abuso e exploração de crianças e adolescentes.

200 BRASILEIROS

com ligações comprovadas com o site russo estão sob investigação da Polícia Federal. Outras prisões podem ser decretadas. Dois brasileiros que moram nos Estados Unidos também são investigados. Um deles está sendo procurado pelo FBI, a polícia federal norte-americana.

Polícia investiga fotos sensuais no Facebook

Rafael Neves

O Núcleo de Combate aos Cibercrimes (Nuciber), da Polícia Civil do Paraná, investiga uma página do Facebook que expõe fotos de adolescentes seminuas, supostamente de Curitiba, desde a última segunda-feira. Segundo o delegado titular do Nuciber, Demétrius Gonzaga de Oliveira, a po-

lícia tenta identificar quem colocou as imagens na internet e se elas são verdadeiras ou não. "Nosso trabalho é fazer o rastreamento da página para descobrir indícios que levem à autoria [do crime] o mais rápido possível", disse.

Segundo Oliveira, algumas vítimas já foram identificadas, inclusive menores de idade, o que configura o crime de pedofilia. Até o final da tarde de ontem, o site havia exposto fotos de 13 garotas, algumas das quais identificadas por nome e sobrenome. Mais de 1,4 mil pessoas já tinham "curtido" a página.

CONTINUA

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENTREVISTA

MIRIAM REGINA BRAGA, agente da Polícia Federal e integrante do Núcleo de Repressão a Crimes Cibernéticos do Paraná.

Na pedofilia, um caso sempre leva a outro

Sempre que um caso de pedofilia começa a ser investigado outros acabam surgindo, explica a agente da PF Miriam Regina Braga, que é formada em Psicologia e trabalha com o tema há cinco anos. Isso ocorre porque os envolvidos se organizam em redes graças, principalmente, a internet. Miriam é uma dos quatro agentes que participaram das investigações que levaram à Operação "Glasnost".

Como a PF identifica as pessoas que cometem esse tipo de crime? As denúncias são comuns?

Fazemos um monitoramento de determinadas páginas, mas o mais comum é ter informações a partir de quem foi preso. De uma prisão podem surgir indicações de outros dez criminosos ou mais. A denúncia não é muito comum, ela acontece mais em casos específicos de desconfiança de maus-tratos, como quando um vizinho suspeita que a criança esteja sofrendo abusos físicos.

Que tipo de material é compartilhado?

As fotos com crianças ou adolescentes são mais comuns, pois são mais fáceis de armazenar que os vídeos. Nem todas as imagens são de abuso, existe público para tudo. Há aque-

les que compartilham imagens de crianças de biquíni, de roupa íntima, e outros que preferem cenas de violência sexual. Essas pessoas se organizam conforme seus interesses. Inicialmente, costumam achar que estão sozinhos, mas depois percebem que não são os únicos a ter aquele tipo e preferência, e criam uma teia de contatos.

Qual o perfil dos envolvidos?

A pedofilia é uma doença, um transtorno catalogado. Mas o fato de ter a doença não faz de alguém um abusador, a pessoa pode se controlar. Há pessoas que não têm a doença, mas são oportunistas, pois acabam se vendo em uma situação em que pode ocorrer o abuso. E ainda há aqueles que produzem o material para a venda, pensando somente no lucro. Eu considero isso pior, pois a pessoa está pensando em ganhar dinheiro em cima da desgraça de uma criança.

Como as famílias podem se precaver da pedofilia?

Sempre alertamos sobre os perigos das crianças ficarem soltas usando o computador. É muito comum os criminosos se passarem por criança ou adolescente, começar uma amizade e depois fazer chantagem. Há alguns sinais que podem ser observados. Algumas regridem e voltam a fazer xixi na cama, outras passam a ter reações diferentes e um comportamento que mostra uma sexualização antecipada, por exemplo. (AC)

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Campanha com limites

Marcus Vinícius Furtado Coelho

No momento em que se debatem os rumos das próximas eleições e em que campanhas milionárias já começam a ser pensadas, é importante refletir sobre os princípios básicos da Constituição Federal. Antes de qualquer coisa, a Carta Magna é fundamentada na igualdade de direitos sociais e políticos. As manifestações que se espalharam pelo país neste ano mostraram a indignação dos brasileiros com a falta de atenção para os direitos básicos, mas também com os problemas causados por um processo eleitoral ultrapassado, provocador de déficit de legitimidade política. E, especialmente, corrupto.

Para combater a corrupção, é preciso atacar as causas. Um dos problemas centrais da ineficiência do nosso sistema é o atual regime de financiamento eleitoral, que exacerba as desigualdades sociais ao permitir que os ricos, por si ou pelas empresas que controlam, tenham possibilidade muito maior de influir nos resultados das eleições.

O uso de recursos empresariais nas campanhas torna desigual a participação das pessoas no processo eleitoral e a disputa entre os candidatos. Como já foi mostrado pelo jornal *O Globo*, 50% dos casos de corrupção investigados pela Polícia Federal têm origem em financiamento de campanhas eleitorais.

Há no Brasil clara concentração de empresas doadoras, ligadas a setores que dependem diretamente de gestões públicas. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e as entidades do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral buscam restringir a forte interferência econômica na política brasileira, em que mais de R\$ 1 bilhão foram doados nos últimos dez anos apenas por dez empresas — sendo cinco construtoras.

É fundamental que o direito básico de igualdade política expresso na Constituição seja respeitado. Como defesa deste princípio, em 2011 a OAB entrou no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para impedir o financiamento de empresas a candidatos e partidos.

Empresas são entidades artificiais, não são cidadãos e não possuem legitimidade para participar do processo político-eleitoral. A vedação de doações por empresas já ocorre em 36 países, inclusive Canadá, México, Bélgica, Grécia, Israel, Paraguai, França e Portugal. Quase a metade dos países do continente americano também possui tal impedimento. Na França, a proibição ocorre desde 1995, sendo vedadas também doações *in natura*.

A ação movida pela OAB entende indispensável que o Supremo igualmente declare inconstitucionais as atuais regras para o financiamento de pessoas físicas, que condicionam as doações a um teto proporcional à renda. O limite deve ser fixo e igual para todos os cidadãos brasileiros. Todos devem ter iguais possibilidades de influenciar na formação da vontade coletiva. Quando a desigualdade econômica produz desigualdade política, estamos diante de um sistema patológico, incompatível com os princípios que integram o núcleo básico da democracia constitucional.

Marcus Vinícius Furtado Coelho é presidente do Conselho Federal da OAB.

20 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Justiça da Rússia liberta sob fiança a ativista brasileira

SÃO PETERSBURGO
Agência Estado

Um tribunal russo concedeu ontem a possibilidade de liberdade sob fiança para manifestantes do Greenpeace provenientes da Argentina, Brasil, Canadá, Itália, Nova Zelândia e Polônia. Dentre eles está a brasileira Ana Paula Maciel, que segundo o Greenpeace, seria a primeira a ser libertada.

Trata-se do primeiro grupo de ativistas estrangeiros

que pode sair da cadeia enquanto aguarda julgamento por ter participado de um protesto contra a exploração de petróleo no Ártico.

O tribunal de Primorsky,

em São Petersburgo, estabeleceu a fiança em 2 milhões de rublos (R\$ 141 mil) para cada um dos sete ativistas. O tribunal informou que eles serão libertados se a fiança for paga nos próximos quatro dias.

Trinta pessoas que estavam a bordo de um navio do Greenpeace foram detidas no Ártico russo em setembro, por causa de um protesto do lado de fora de uma plataforma de petróleo. Eles foram acusados por vandalismo e serão julgados em data a ser definida.

24 DE NOVEMBRO

é quando expira a detenção preventiva dos ativistas, ordenada em setembro pelo tribunal do porto de Murmansk.

Urna é lugar de protesto, diz novo presidente do TSE

O ministro Marco Aurélio Mello tomou posse ontem como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o ministro Dias Toffoli assumiu a vice-presidência. Eles conduzirão os trabalhos da corte até maio de 2014. Em seu discurso, Marco Aurélio lembrou os protestos que tomaram o país em junho e afirmou que, para além das ruas, a urna é "o lugar de protesto por excelência". No entanto, ele criticou a ação dos grupos black blocs e de ações violentas durante as manifestações. "A vontade do povo é soberana, mas deve ser depositada nas urnas e não incendiada nas lixeiras das ruas", disse. Esta é a terceira vez que ele assume a presidência do TSE. Ele substitui a ministra Cármen Lúcia.

Justiça bloqueia R\$ 1 milhão da M.Officer

A Justiça do Trabalho de São Paulo concedeu uma liminar a pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT) para bloquear R\$ 1 milhão da empresa M5 Indústria e Comércio, dona das marcas M.Officer e Carlos Miele. O pedido foi feito após procuradores do Trabalho identificarem, na semana passada, na região central de São Paulo, bolivianos ilegais no país produzindo peças da M.Officer em condições insalubres. "Além do risco de incêndio, com fiação exposta, não havia

extintores e o local estava em péssimas condições, segundo constataram os procuradores e fiscais do Trabalho que estiveram na oficina de costura. Um casal de bolivianos, os filhos e outras pessoas viviam todos em um mesmo quarto também sem condições de higiene", diz o procurador Tiago Muniz Cavalcanti, responsável pela Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. A empresa pode recorrer.

Zapeando **BESSA**

É hoje, com palestra do jurista René Dotti às 19 h, a abertura do I Congresso Paranaense de Direitos Culturais, no auditório do MON. O evento continua durante a quinta-feira.

20 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO Ministro do STF critica 'pressa' em detenções

Marco Aurélio também afirma que não era necessário mandar condenados a Brasília

Felipe Recondo / BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello questionou ontem a prisão antecipada de parte dos condenados no julgamento do mensalão, na semana passada, e a decisão de transferir todos eles para Brasília, onde permanecem presos. “Por que tanta pressa agora na reta final? Vamos observar o figurino, porque aí há segurança para todos”, disse. “Eu até hoje não entendo por que eles vieram para cá, para Brasília”, acrescentou.

Marco Aurélio disse o adequado seria esperar o fim do feriado de 15 de Novembro para decretar as prisões. O presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, decretou a prisão na sexta-feira passada, feriado pela proclamação da República. Condenados de São Paulo, como o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e o ex-presidente do PT José Genoino, foram levados de avião para a capital federal. Condenados de Belo Horizonte, como o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, também foram enviados a Brasília.

Para Marco Aurélio, o princípio básico é que o cumprimento da pena se dê onde o réu tem raízes, tem domicílio. “Porque se pressupõe que ficando mais próximo da família vai haver a

● Questionamento

“Por que tanta pressa na reta final? Vamos observar o figurino, porque aí há segurança para todos (...). Até hoje não entendo por que vieram para Brasília”

Marco Aurélio Mello

MINISTRO DO SUPREMO

assistência, que é importante para a ressocialização. Estou aguardando para saber qual foi o móvel, porque tudo surge por uma causa”, disse o ministro.

A ordem de prisão na sexta-feira não foi acompanhada de um detalhamento sobre o tipo de regime em que os condenados deveriam cumprir a pena. Dirceu e Genoino, por exemplo, deveriam ir para o regime semiaberto, mas acabaram ficando alguns dias em cela fechada.

Compreensão. Marco Aurélio também disse compreender a decisão de fugir do País do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado por envolvimento no esquema do mensalão pelos crimes de corrupção, lavagem e peculato. “É incito a pessoa tentar escapar, principalmente conhecendo as condições desumanas das nossas penitenciárias”, afirmou. “Como ele tinha dupla nacionalidade, ele saiu do Brasil para se ver livre do que seria o recolhimento a uma das penitenciárias”, acrescentou o magistrado.

Marco Aurélio afirmou não ver leniência ou negligência do

governo ou do Judiciário no episódio. “Ele deve ter saído (*do País*) antes da expedição da carta sentença para a execução da pena, antes da fase de execução da pena”, disse o ministro, segundo quem Barbosa não deveria ter determinado monitoramento eletrônico. “Isso pressupõe uma limitação à liberdade de ir e vir. E ele deve ter saído antes da expedição da carta sentença para a execução da pena, antes da fase de execução da pena. Ainda estavam sendo julgados os embargos declaratórios.”

Pizzolato é cidadão italiano. Estando na Itália, não pode ser extraditado para o Brasil. Entretanto, o ministro afirmou que o Brasil poderia pedir à Itália que Pizzolato cumprisse lá a pena imposta pelo Supremo. “O tratado, a meu ver, viabiliza até mesmo, se houver o acatamento do governo italiano, a execução da pena prolatada lá na Itália.”

Indagado por jornalistas se, na sua opinião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabia do esquema do mensalão, Marco Aurélio afirmou presumir “sempre o que normalmente ocorre”.

20 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

ANÁLISE: Eloísa Machado

Os problemas da execução das penas



FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

Problemas relativos à execução das penas vieram à tona com a expedição dos mandados de prisão do mensalão. O caso não é exceção. No Brasil, são 70 mil os condenados a penas em regime semiaberto. Destes, mais de 20 mil cumprem pena em regime fechado, por falta de vagas.

Afinal, isto é um problema?

Estar preso em regime mais gravoso é uma violação de direitos.

Sob a perspectiva da política penitenciária, é um problema ainda maior. E esta é apenas uma parte da crise que envolve a execução das penas no Brasil.

Basta analisar os relatórios dos Mutirões Carcerários do Conselho Nacional de Justiça para se ter a sua real dimensão: faltam vagas porque não são usadas medidas alternativas, aplica-se a prisão provisória indiscriminadamente, quaisquer recursos demoram mais que o razoável para serem julgados.

O resultado disso tudo é um sistema carcerário perverso, com quase 550 mil presos em carceragens, penitenciárias e centros de detenção provisória superlotados, com péssimas condições de higiene e salubridade e, não raramente, submetidos a todo tipo de violência.

O STF e o CNJ já estão debruçados sobre o tema. Esperam-se, agora, soluções amplas que deem conta de transformar a execução das penas em tão somente uma parte legítima do processo penal.

PROFESSORA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA DIREITO G.

20 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Recurso no tribunal definirá regras de prisão domiciliar

Mariângela Gallucci
Felipe Recondo/BRASÍLIA

A prisão dos mensaleiros deve acelerar o julgamento de um processo pendente no Supremo Tribunal Federal (STF). O recurso questiona a possibilidade de um preso, cuja pena deve ser cumprida em regime semiaberto, ficar em prisão domiciliar se não houver vaga em presídio. Relator do processo, o ministro Gilmar Mendes afirmou que a prisão de políticos e empresários envolvidos com o esquema deve servir para discutir as condições do sistema carcerário brasileiro.

“Sabemos que há um déficit enorme de vagas no sistema semiaberto e aberto, e ninguém cuida disso”, criticou o ministro. O regime semiaberto é aquele no qual o detento pode deixar o presídio durante o dia, para trabalhar ou estudar. Outra modalidade é a prisão domiciliar, prevista para doentes, idosos e gestantes, na qual o detento não pode sair de sua casa.

Estrutura. Gilmar Mendes afirmou que é um “quadro de vergonha” a existência de “70 mil presos em delegacias, presos provisórios e presos definitivos”. “Ninguém pode dizer que não tem nada com isso.”

De acordo com o ministro, o assunto envolve segurança pública e direitos humanos. “É difícil imaginar um tema mais relevante em termos de direitos humanos”, afirmou. Ele lembrou o episódio ocorrido em 2007 em Abaetetuba, no Pará, quando uma menina ficou presa numa cela com homens.

O ministro Luís Roberto Barroso afirmou que o processo do mensalão vai ajudar o País e a comunidade jurídica a repensar o sistema penal brasileiro. “Você quer prender por colarinho branco, por miudezas, tem de analisar se esse sistema vai atender. Você prender um cara que cometeu uma fraude fiscal e mandá-lo para um sistema onde ele será violentado sexualmente, moralmente, e vai sair de lá muito pior do que entrou, isso também tem um custo para a sociedade.”

O ministro Marco Aurélio Mello classificou como desumanas as condições das penitenciárias brasileiras. Indagado sobre o fato de Henrique Pizzoloto ter fugido, ele afirmou que “é insano à pessoa tentar escapar, principalmente conhecendo as condições desumanas das nossas penitenciárias”. Para Marco Aurélio, os presos deveriam cumprir as penas nas cidades onde vivem.

Questionado se, na sua opinião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha conhecimento do esquema do mensalão, Marco Aurélio respondeu: “Eu presumo sempre o que normalmente ocorre. Eu não consigo imaginar o presidente da República alheio ao que ocorre na respectiva cozinha.”

O ESTADO DE S. PAULO

DORA KRAMER

20 NOV 2013

STF não faz verão

Episódios dados como
'históricos' nem sempre
ficam para a História

Sobre o tão falado efeito pedagógico do julgamento do mensalão a respeito dos meios e modos da política brasileira, Peter Hakim, coordenador de um grupo de intelectuais que estuda as relações entre Brasil e Estados Unidos, fez observação das mais pertinentes em entrevista a *O Globo*.

Para ele, educativo não é o impacto de um episódio que, de resto, pode se perder no tempo, e sim as lições que tiram dele e as práticas adotadas a partir desse ou daquele acontecimento.

Hakim cita o exemplo da Suprema Corte americana na decretação, em 1954, da ilegalidade da segregação racial nas escolas, "que não teria sido uma decisão histórica sem o movimento pelos direitos civis, o investimento no acesso à educação universal etc".

Em seguida, Peter Hakim lembra o impeachment de Fernando Collor, cujo impacto acabou se perdendo - "O Brasil não aproveitou a ocasião como poderia" - em boa medida por ter sido tratado como exceção.

Por esse raciocínio, o efeito de longo prazo do mensalão depende muito de o caso não ser tratado como "ponto fora da curva", mas como um passo que inicie uma caminhada na direção de "poderes mais independente e instituições mais honestas".

Falemos da nossa realidade específica, em que há outro fator: o público nem sempre consciente da respeitabilidade que lhe é devida de um lado e, de outro, precisa ser exercida.

Fernando Collor recuperou os direitos políticos e foi eleito senador. Dos condenados de agora, os que não renunciaram ou foram cassados ganharam novos mandatos nas urnas. Como esses, inúmeros casos. Para citar três: Paulo Maluf, Severino Cavalcanti e Natan Donadon, eleitos apesar de todos os pesares.

Portanto, esperar que o Supremo faça o serviço com um julgamento é contrariar a metáfora da andorinha que solitária não faz primavera nem verão.

Da onça. A manifestação do ex-presidente Lula da Silva aos companheiros de partido José Dirceu e José Genoino - "estamos juntos" - figurativamente tem sentido de solidariedade.

Objetivamente, nem tanto. Para quem foi o maior beneficiário da maioria parlamentar construída nos termos postos pelo STF, soa algo cruel a frase dita do lado de fora do presídio.

Para todos. Ninguém em sã consciência deixa de achar que o pedido de prisão domiciliar para José Genoino faz sentido e é justo. Uma questão de bom senso devido ao estado de saúde dele.

Outra coisa é a exploração política de petistas acusando o ministro Joaquim Barbosa de pôr em risco a vida de Genoino antes do aval de opinião médica.

Ademais, tal preocupação não se manifesta em relação a Roberto Jefferson cuja condição física em decorrência de um câncer no pâncreas também inspira cuidados.

Bem como deve haver sentenciados em situação parecida, submetidos inadequadamente às condições "medievais" (expressão do ministro da Justiça) dos presídios brasileiros para cuja melhoria o governo do PT não contribuiu nesses quase onze anos no comando dos instrumentos do Estado.

Correção. A nota de ontem sobre a prescrição das penas de Henrique Pizzolato continha imprecisão.

Os prazos correm enquanto não tiver início do cumprimento da sentença, mas não "no dobro" de cada pena e sim de acordo com a tabela do Código Penal que estabelece prescrição em oito anos para penas de até quatro e em 12 para acima de quatro e até oito anos.

Como a menor recebida por ele foi de três anos e a maior de cinco anos e 10 meses, se não for preso antes, Pizzolato terá os crimes prescritos em 12 anos.

20 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Violência tira 1,73 ano de vida de negros

Valor é mais que o dobro da perda dos homens brancos, segundo o Ipea; a cada 3 homicídios no País, em 2 a vítima é negra

Lisandra Paraguassu

BRASÍLIA

A expectativa de vida de um homem negro no Brasil é 1,73 ano menor do que deveria ser por causa da violência – o valor é mais do que o dobro da perda dos homens brancos. Os dados, levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostram que, a cada três homicídios no Brasil, em dois a vítima é negra.

Para além das causas socioeconômicas, a maior razão das mortes violentas dos negros, diz a pesquisa, é o racismo. Informações sobre mortalidade do Censo 2012, usadas pelos pesquisadores, mostram que a taxa de mortes violentas entre os negros é de 36 mortes por 100 mil. Entre os não negros, de 15,2. A principal conclusão da pesquisa é que a cor aumenta a vulnerabilidade dos negros, que correm 8% mais riscos de se tornarem vítimas de homicídio

• Alagoas

6,2 anos

É o quanto perdem, em sua expectativa de vida, os homens negros de Alagoas, o Estado brasileiro mais violento para os negros. Entre os brancos do Estado, a perda é de 4 anos.

do que um homem branco, ainda que nas mesmas condições de escolaridade e características socioeconômicas.

“O negro é duplamente discriminado no Brasil, por sua situação socioeconômica e por sua cor de pele. Essas discriminações combinadas podem explicar a maior prevalência de homicídios de negros vis-à-vis o resto da população”, diz o estudo. Variáveis como educação, emprego, renda e localização do domicílio explicariam, segundo o estudo, apenas 20% da diferença no número de mortes entre negros e brancos. O restante estaria ligado à cor da pele.

No Espírito Santo, por exemplo, homens negros perdem 5,2 anos em sua expectativa de vida e, na Paraíba, 4,8 anos. Nos dois casos, a queda na expectativa de vida do grupo é causada basicamente por homicídios.

Protesto. Para protestar em São Paulo contra a violência que atinge “pretos, pobres e periféricos”, sai hoje da Avenida Paulista a Marcha da Consciência Negra, com destino ao Teatro Municipal. Entre os organizadores está o professor universitário Ailton dos Santos, de 46 anos. Ele é negro e morador do Mandaqui, na zona norte.

Santos calcula que já tenha perdido 50 amigos assassinados. “Ao menos 40% dos meus amigos de infância e adolescência morreram”, diz. Há quatro meses, quando andava pelos Jardins, foi abordado por policiais, que perguntaram: “O que está fazendo aqui?”. Foi uma entre as mais de 30 abordagens constrangedoras que já recebeu.

20 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Pé na porta

O PSDB entrou, anteontem com Ação Direta de Inconstitucionalidade, no TJ-SP, contra o IPTU de Haddad.

Pé na porta 2

E a Ame Jardins se reuniu ontem e decidiu: também vai entrar com Adin contra o aumento, considerado abusivo, do IPTU em São Paulo.

Isto, segundo **Julio Serson**, dirigente da associação, sem prejuízo de continuarem acompanhando a ação que o MP está movendo.

20 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Rossoni negocia com TJ índice de reajuste das taxas do Funrejus

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), afirmou ontem que irá se reunir com o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, Guilherme Luiz Gomes, na próxima segunda-feira, para discutir o aumento de 50% no Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). Também estará na pauta a readequação do projeto de lei 609/2013, que reajusta as tabelas do Regimento de Custas em 11,45%. Para valer já a partir de 2014, as matérias precisam ser aprovadas ainda neste ano pelos deputados.

"Conversei com presidente do TJ e ficamos de debater o assunto. Ele se mostrou sensível e interessado neste diálogo, para tentarmos encontrar um ponto em comum sobre os percentuais", afirmou o tucano. Segundo ele, a modificação proposta no Funrejus, de 0,2% para 0,3% sobre o valor das taxas, é "muito elevada".

Os dois projetos chegaram à AL no final do ano passado, mas após uma série de polêmicas tiveram suas votações adiadas para 2013. Na época, o TJ chegou a propor aumentar os valores de algumas taxas dos cartórios em mais de 200%. Mesmo reduzindo o reajuste linear para 18,44%, os desembargadores não conseguiram contornar as críticas.

Neste ano, com o aumento de 11,45%, a expectativa é que a votação aconteça.

Rossoni deve propor, no entanto, a retirada do artigo segundo do texto do projeto de lei, que autoriza o TJ a reajustar anualmente o valor, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Ontem, o projeto de lei teve sua votação adiada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

20 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Nas calendas

Fica para o início de dezembro a pendência entre o Ministério Público e seu Conselho Superior e a questão da licença da corporação a Cid Vasques para funcionar como secretário de Segurança com julgamento, dia 2, no TJ. O MP entende que a questão é de "interna corporis", enquanto o governo encara o fato como de sua exclusiva prerrogativa.

20 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Consciência branca?

César Bessa

Racismo não é negro, não é branco, não é amarelo, não é vermelho. Racismo é conceito. É um conceito estabelecido antes mesmo daquilo em que se acredita, ou seja, preconceito. Racismo é um fenômeno oculto e dissimulado e, muitas vezes, inconsciente. Por isso, uma violência simbólica.

As pessoas manifestam racismo independente da cor da pele, do pertencimento de classe social, de afinidades religiosas, de títulos acadêmicos e de profissões, inclusive daquelas que definem o que é justo ou injusto em nome do Estado.

A liberdade dos negros foi ontem. Equivalente a duas vidas humanas (125 anos) e a contrariedade das elites foi tão grande que custou a queda da Monarquia no Brasil. E depois o incentivo à imigração de europeia e japonesa, pois os barões que necessitavam de mão de obra em suas pro-

duções rurais não queriam empregar os negros libertos. Eles, que foram a força do desenvolvimento econômico até a República Liberal, acabaram ficando à margem do trabalho, daí o termo e o sentido de "marginal".

Os brancos que detêm poder neste País tupiniquim continuam racistas em sua maioria e continuam a violentar. Não precisa ir à cadeia e contar a diferença. E só contar quantos brancos e quantos negros estão estampados nas fotos em qualquer jornal. Aliás, saberemos em que setor do jornal poderemos ver onde estão os negros.

O Dia da Consciência Negra é para não trabalhar e não deve significar descanso. Deve significar luta e luto. Luta pela liberdade e pela igualdade. E o luto é negro em sinal de distinção e respeito à dor do outro.

CÉSAR BESSA é professor de Direito na Universidade Estadual de Londrina

Consciência Negra

Claudinei Ferreira do Nascimento

Com feriado ou não, 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra. Comerciantes repudiam o feriado, mas não vou criticá-los por isso. Vivemos em um país capitalista onde os empresários pensam da mesma forma há centenas de anos no mundo todo. Nos últimos anos em nosso país fomos testemunhas de várias políticas públicas que buscam diminuir as desigualdades sociais. No bojo dessas políticas surgem aquelas destinadas à inclusão social da população negra. Algumas pessoas discordam dessas políticas; discordam também da criação de um feriado para reflexão sobre o preconceito racial. Na maioria das vezes argumentam que essas ações fortalecem a discriminação.

Vamos refletir um pouco a respeito: segundo o IBGE a população considerada negra (pretos e pardos) já ultrapassa 50% do total. E qual é a condição dessa população do ponto de vista social? De acordo com dados divulgados por órgão

oficiais, a maior parte da população negra está inserida nas camadas mais pobres do país; nos presídios também são maioria; nas escolas privadas e nas universidades são minoria. E por quê? A resposta é simples: a discriminação racial faz parte da nossa história. Esses dados são algumas consequências dessa discriminação.

Muitos ignoram e insistem em admitir que somos todos iguais, que existe a tal democracia racial, são contra as cotas raciais ou qualquer outra política que favoreça a inclusão do negro. O Estado tem a obrigação de corrigir essa história e dar oportunidade àqueles que foram desfavorecidos e massacrados pelas ações políticas e econômicas voltadas ao enriquecimento de uma pequena parcela da população. É sobre isso que temos que refletir nesse dia. Atenção comerciantes: podem abrir as suas portas, mas respeitem a nossa história.

CLAUDINEI FERREIRA DO NASCIMENTO
é professor em Londrina

20 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Prefeitura de Londrina decreta 'ponto facultativo'

**No Dia da
Consciência
Negra, a maior
parte das
escolas
permanecerá
fechada,
apesar de
decisão judicial**

Nelson Bortolin
Reportagem Local

A Prefeitura de Londrina decretou "ponto facultativo" para os serviços públicos nesta quarta-feira. A decisão foi tomada ontem, no final da tarde, após a Procuradoria Jurídica do Município "tomar conhecimento extraoficial" da decisão do Tribunal de Justiça (TJ), que suspendeu liminarmente o feriado da Consciência Negra. Do setor público, funcionam hoje apenas os serviços de saúde

A decisão do TJ, em ação movida pela Federação da Indústria do Estado do Paraná (Fiep) contra o feriado, foi divulgada na segunda-feira à tarde.

Apesar da determinação do Tribunal, a maior parte das escolas permanece fechada hoje – todas as municipais e todas as estaduais. Já as particulares se dividiram. O Máxi, por exemplo, funciona normalmente. O Londrinense fecha e o Universitário mantém apenas

um plantão de matrículas. As universidades, tanto públicas como privadas, permanecem fechadas. Os bancos trabalham normalmente.

O movimento negro da cidade agendou um protesto que vai começar às 9 horas da manhã, na Concha Acústica. "Faremos um cortejo que vai cruzar o Calçadão. Acho que faltou bom senso e respeito não só para com os negros, mas para com uma cidade de mais de meio milhão de habitantes que já comemorou esse feriado três vezes", criticou José Mendes de Souza, representante da comunidade afrodescendente.

Ontem à tarde, integrantes do movimento foram até a Prefeitura pedir ao prefeito Alexandre Kireeff que recorra à Justiça para manter o feriado da Consciência Negra. Eles acabaram sendo atendidos pelo procurador do Município, Zulmar Fachin. "Basicamente, pediram que o Município atue no propósito de manter a lei", conta. Segundo Fachin, a Prefeitura irá apresentar um recurso ao TJ porque é obrigada a fazer isso toda vez que é confrontada judicialmente. Questionado sobre o que pensa da decisão, ele afirma se tratar de "um novo debate que se abre no Brasil". Para o procurador, é preciso deixar claro qual a competência dos municípios de legislar sobre feriados.

Ao suspender os feriados da Consciência Negra em Londrina e também em Curitiba, o TJ alega que os municípios só podem criar feriados

religiosos e de seus aniversários. A lei federal 9.093, de 1995, diz, em seu artigo segundo, que "são feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal, de acordo com a tradição local e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-Feira da Paixão".

O tribunal, assim como os juízes de primeira instância que concederam liminares a sindicatos patronais da cidade, interpretou que a lei proíbe os municípios de criarem feriados civis como o da Consciência Negra. Em outras cidades brasileiras também houve essa interpretação. Mas, em grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, o feriado não foi questionado na Justiça ou as ações não prosperaram.

Conforme se vê no quadro ao lado, há sete feriados nacionais, sendo dois religiosos. São eles: Ano Novo, Tiradentes, Dia do Trabalho, Independência, Padroeira do Brasil, Proclamação da República e Natal. Ao contrário do que muita gente imagina, feriados como Sexta-Feira Santa e Corpus Christi não são nacionais, precisam de leis municipais para existirem.

Há em Londrina, seis feriados municipais, incluindo o da Consciência Negra, agora suspenso. São eles: o aniversário da cidade, Finados, Sexta-Feira Santa, Corpus Christi e o do padroeiro da cidade.

Ao todo, os londrinenses gozam de 13 feriados no ano (incluindo 20 de novembro), sendo cinco religiosos e oito civis.

20 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O que você achou da suspensão do feriado da Consciência Negra?



"Os negros e os brancos são iguais. Então não tem de ter feriado para um nem para outro. Sou contra o feriado, assim como as cotas."

Sencler Silva Filho,
manobrista

"Achei ruim. Já trabalhei no Núcleo de Estudos Afro-asiáticos da UEL e sei da importância desse feriado, sei o que ele representa."

Rafaela da Veiga,
estudante de geografia



"Como comerciante, para mim é bom. Mas, como motorista de transporte escolar, foi ruim, porque pretendia descansar."

Claudenir Fernandes,
comerciante e motorista de transporte escolar

Em Curitiba, protestos devem marcar a data

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba - Depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) negou o pedido de liminar da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) para cassar a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que cancelou o feriado do Dia da Consciência Negra na capital, comércio, bancos, indústrias e a maioria das escolas devem abrir normalmente.

O ministro Gilmar Mendes do STF tomou a decisão de manter o veto ao feriado mesmo depois de o presidente da CMC, Paulo Salamuni, ter ido pessoalmente a Brasília para pedir a revisão da decisão do TJ. O ministro considerou que os argumentos apresentados para restaurar o recesso municipal eram insuficientes. Salamuni explicou ontem em entrevista à Folha que a Câmara não teve acesso à publicação do acórdão do TJ, por isso não teve como encaminhar ao STF.

Ele disse que decretou ponto facultativo na Câmara nesta quarta-feira mesmo sem o reconhecimento do feriado pelo judiciário. Em meio a toda esta discussão jurídica,

hoje na praça Zumbi dos Palmares, no bairro Pinheirinho, na capital acontece um evento com música, capoeira e outras atividades relativas a questão afro-brasileira para marcar a data. Haverá protestos ainda na Praça Rui Barbosa, na Boca Maldita e na Praça Santos Andrade.

Com a indefinição que cercou o feriado, algumas instituições de ensino superior resolveram manter o recesso planejado como a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Com isso, este dia de aula será repostado posteriormente. As escolas particulares e as municipais vão funcionar normalmente.

Ainda em Curitiba, depois de toda esta polêmica, o vereador Professor Galdino (PSDB) propôs que fosse feriado no dia 20 de janeiro para comemorar o Dia da Consciência Indígena. O projeto foi lido em plenário na última segunda-feira e agora vai para análise das comissões da casa. O dia escolhido seria para lembrar a morte do cacique Aymberê pelos portugueses.

CONTINUA

20 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CONSCIÊNCIA NEGRA

Homenagem a Zumbi dos Palmares

QUANDO

Hoje

A DATA

Foi consagrada por representantes e lideranças do movimento negro brasileiro como o dia de homenagem à imortalidade de Zumbi dos Palmares (1655-1695) e os ideais de liberdade que simbolicamente o líder negro representa

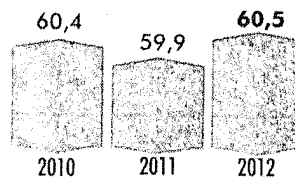


A POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

Desemprego (%)

Participação (%)

	Não negros
2010	10,2
2011	9,0
2012	9,2



Rendimento (R\$ por hora)*

Belo Horizonte	
Distrito Federal	
Fortaleza	
Porto Alegre	
Recife	
Salvador	
São Paulo	
Total	

Ocupados por atividade (%)

Serviços	
Indústria de transformação	
Comércio	
Construção	

* Em junho/13

Fontes: Presidência da República, Dieese / GRAFFO

Folha Arte

Afro-brasileira

Maringá - De 26 a 29 de novembro, no Bloco H-35, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (Neiab) promoverá a 7ª Semana Afro-Brasileira da UEM. O tema é O negro e as diferentes mídias: uma relação conflituosa. A mesa de abertura terá participação do cineasta Joel Zito Araújo, diretor dos filmes Raça e A negação do Brasil. Informações pelo neiab@uem.br ou pelo fone (44) 3011-4288.

LUIZ GERALDO MAZZA

Consciência Negra

É controverso o entendimento sobre a legalidade do feriado de hoje, negado para Curitiba e Londrina: uma ação direta de inconstitucionalidade tramita desde 2005 no STF sem solução.

20 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Vereadores criticam derrubada de feriado

Guilherme Batista

Equipe Bonde

A decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que a pedido da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) derrubou liminarmente os efeitos da lei londrinense que estabelece o feriado para o Dia da Consciência Negra, hoje, repercutiu na sessão de ontem da Câmara de Vereadores.

A vereadora Elza Correia (PMDB), que é líder do prefeito Alexandre Kireeff (PSD) no Legislativo, comentou que ficou "surpresa" com a decisão do TJ. "É lamentável. Tem traços de racismo sim. A lei foi aprovada e sancionada. Por que não vale?", questionou.

O vereador Junior Santos Rosa (PSC) também lamentou a situação, mas disse acreditar que a polêmica pode movimentar um debate nacional. "O TJ vai acelerar um processo para a criação de um feriado para todo o País", argumentou. "Um Estado que se nega a debater e a valorizar a sua própria história? Isso me deixa perplexo", completou.

A vereadora Lenir de Assis (PT) também comentou a polêmica. "Estão tratando uma mobilização de anos como situação de mercado. Não podemos aceitar este preconceito inconstitucional."

Manifesto pede reação do STF a Joaquim Barbosa

Nota de repúdio assinada por 150 pessoas
sustenta que houve ilegalidades nas
prisões do caso mensalão

São Paulo - Petistas, juristas, personalidades e familiares dos condenados no mensalão divulgaram um manifesto de repúdio ao que consideram como ilegalidades nas prisões e no qual dizem que o "flagrante desrespeito à lei de execuções penais" levanta dúvidas sobre "o preparo ou boa fé" do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Eles conclamam o Supremo a "reagir para não se tornar refém de seu presidente".

A nota é assinada por 150 pessoas, entre as quais o presidente do PT, Rui Falcão; o presidente do PT, Renato Rabelo; os juristas Dalmo Dallari e Celso Antonio Bandeira de Mello; o deputado Zeca Dirceu (filho de José Dirceu); a mulher de José Genoino, Ryoko, e os três filhos do casal; o presidente da CUT, Vagner Freitas; o presidente do MST, João Pedro Stédile; os líderes do PT no Senado, Wellington Dias, e na Câmara, José Guimarães (irmão de Genoino); os escritores Fernando Morais e Eric Nepomuceno; o cineasta Luiz Carlos Barreto; o professor da UFRJ Emir Saber e a filósofa Marilena Chauí. Também assinam o documento os integrantes

Enio Verri sai em defesa de Pizzolato

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O presidente do PT do Paraná, deputado estadual Enio Verri, afirmou ontem acreditar na inocência do ex-diretor do Banco do Brasil (BB) Henrique Pizzolato. Foragido na Itália, onde também possui cidadania, a fim de evitar cumprir a pena de 12 anos e 7 meses de prisão à qual foi condenado no julgamento do chamado mensalão, Pizzolato é um dos fundadores do partido no Estado.

"O Pizzolato foi presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) do Paraná e candidato a governador em 1990, quando eu fui candidato a deputado federal. É um

tes da Executiva Nacional e do Diretório Nacional do PT.

"O presidente do STF fez os pedidos de prisão, mas só expediu as cartas de sentença,

companheiro com uma história, muito bonita de luta. Vários juristas já disseram que ele é inocente e mais uma vítima desse jogo midiático que foi a AP (Ação Penal) 470 e o julgamento pelo STF (Supremo Tribunal Federal)", afirmou.

De acordo com o parlamentar, o ex-diretor do BB fez uma escolha pessoal, de ser julgado em outro País. "Ele sempre teve dois passaportes. Foi para a Itália, onde acredito que será julgado de forma isenta, sem o mesmo viés político", opinou. Verri disse ainda que, desde 2004, não tem mais contato com Pizzolato, mas que está convencido de que o companheiro não cometeu crime algum.

Apesar de nascido em Concórdia (SC), Henrique Pizzolato passou grande parte de sua vida em Toledo, no oeste paranaense, onde concorreu à prefeitura em duas oportunidades (1988 e 1992).

que deveriam orientar o juiz responsável pelo cumprimento das penas, 48 horas depois que todos estavam presos", sustenta o manifesto.

CLAUDIO HUMBERTO

*"Até hoje não entendo por que
eles vieram pra cá, pra Brasília"*

Ministro **Marco Aurélio** (STF) sobre a
transferência dos mensaleiros condenados

20 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Combate à pedofilia

*Pedófilos à solta
continuam alimentando
o ciclo dos crimes
e fazendo mais
vítimas e isso
é inaceitável*

O combate à pedofilia tem que integrar programas de segurança pública dos governos e deve ser encarado como prioridade para todos os brasileiros. Ainda que o acesso à informação contra o crime tenha aumentado significativamente nos últimos anos é importante que todos fiquem atentos e colaborem para acabar com a prática.

Ontem a Polícia Federal desmantelou uma rede de pedófilos que compartilhava e produzia imagens de pornografia infantil pela internet em 11 Estados. A investigação durou dois anos e prendeu 25 pessoas em flagrante; no total cerca de 300 pessoas estão sendo investigadas, sob a suspeita de posse e compartilhamento de pornografia infantil e, contra três delas, pesa a suspeita de abuso sexual de menores. O trabalho merece reconhecimento da sociedade, mas é importante que se faça uma reflexão a respeito do assunto.

Em média, a Secretaria de Direitos Humanos, órgão vinculado à Presidência

da República, recebe dez mil denúncias por ano de pornografia infantil na internet. Um número altíssimo e que mostra o quanto o Estado brasileiro não está preparado para lidar com a questão.

Ainda que alguma parte das denúncias não tenha fundamento, é possível supor a enorme quantidade de casos reais que fica sem qualquer investigação. Pedófilos à solta continuam alimentando o ciclo dos crimes e fazendo mais vítimas e isso é inaceitável.

Além da atenção do Estado, os pais ou responsáveis têm papel importantíssimo na questão. São eles que podem identificar qualquer sinal nas crianças que sofrem algum tipo de abuso e que podem denunciar às autoridades. Outro ponto é educar e orientar os menores a tomar cuidados tanto em locais públicos e privados como na internet. A rede oferece uma quantidade infinita de conteúdo e de possibilidade, mas também abre portas que podem ser danosas. Atenção e cuidados com os filhos são indispensáveis.

JORNAL DO ÔNIBUS

Salamuni garante que Câmara não falhou

A Câmara Municipal recebeu na tarde de ontem o acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que suspende o feriado do Dia da Consciência Negra, previsto para hoje, dia 20 de novembro. O documento foi entregue ontem por um oficial de Justiça, às 17h18, na sala da presidência. A entrega ocorreu duas horas depois do término da reunião do presidente do Legislativo, Paulo Salamuni (PV), em Brasília, com o chefe de gabinete do ministro Gilmar Mendes, Luciano Felício Fuck, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A Câmara Municipal não teve acesso ao acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) em tempo. Nós solicitamos o documento no dia 11 de novembro,



O presidente da Câmara justificou a falta do documento

mas só o que conseguimos foi uma certidão, sem o teor da decisão”, explicou o vereador para o funcionário do STF. Na última quinta-feira (13), o Legislativo ingressou com uma reclamação na Suprema Corte pedindo que o STF cassasse a liminar que impediu a realização do feriado em Curitiba. Contudo, Mendes não acatou a requisição alegando que estaria impedido de julgar dada a ausência do documento do Tribunal de Justiça.

Notas políticas

Feriado em Londrina

A Prefeitura de Londrina informou ontem que o feriado municipal da Consciência Negra, comemorado na quarta-feira (20), segue mantido. Segundo o prefeito Alexandre Kireeff (PSD), a prefeitura ainda não foi notificada oficialmente da decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), que concedeu, na segunda-feira (18), liminar que suspende o feriado, atendendo uma ação proposta pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

Dia da Consciência Negra terá várias atividades culturais

Mostras de filmes e exposição fotográfica farão parte da programação cultural da Lapa em comemoração ao Dia da Consciência Negra, de 20 a 23 de novembro, no Theatro São João e no Centro da Juventude. Os filmes se-

rão exibidos a jovens e adultos de escolas da cidade e as fotografias vão ser expostas a estudantes e comunidade. O Dia da Consciência Negra é celebrado nacionalmente em 20 de novembro.

As mostras de cinema

nacional e francês apresentam temática voltada à valorização do negro. Para a comunidade, será aberta a exibição da animação francesa “A Criança Terrível”, no dia 23, às 16h, no Centro da Juventude. O filme retrata a história

de um menino capaz de falar, comer e andar no dia de seu nascimento.

A exposição de fotografias de Leandro Taques, intitulada “O Retrato da Paz”, expressa o cotidiano de Angola e do povo daquele país africano.

20 NOV 2013

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Lapa



20 NOV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Polícia Federal faz megaoperação contra pedofilia

Entre os presos estão médicos, professores e até chefe de escoteiros

A Polícia Federal deflagrou ontem a Operação Glasnost no combate à pedofilia. A investigação foi realizada ao longo de dois anos e identificou quase uma centena de brasileiros, envolvidos com a produção e o compartilhamento de imagens relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes na internet. Além dos alvos da Operação Glasnost, mais de duzentos suspeitos continuam sob investigação.

Os investigados compartilhavam fotos e vídeos de crianças, adolescentes e até de bebês, muitos deles sendo abusados sexualmente por adultos, e as enviavam para contatos no Brasil e no exterior. Até o momento, 19



Divulgação

Os policiais conseguiram descobrir a rede de pedófilos

18 pessoas foram presas, sendo 18 delas em flagrante.

Um dos investigados que já foram identificados abusava sexualmente da própria filha, de ape-

nas cinco anos de idade, e compartilhava imagens destes abusos na internet, com outros pedófilos ao redor do mundo. Entre os alvos da operação há pessoas

de variadas idades e profissões, incluindo um Policial Militar, um oficial da Aeronáutica, alguns professores, bem como um chefe de grupo de escoteiros.

O lado monstruoso da sociedade

A Operação Glasnost da Polícia Federal deixou a todos que tiveram acesso aos crimes cometidos pelos pedófilos virtuais aterrorizados. Os crimes enumerados e descritos pelos policiais chocam a qualquer pessoa e até mesmo para apenas escrever o que foi é chocante demais. O fato é que as imagens difundidas na internet, em algum momento, ocorreram de verdade.

A internet, na vida das pessoas, é relativamente nova, tem pouco mais de

15 anos que ela popularizou-se. Mas ela é capaz de revelar, cada vez mais, o que cada pessoa pensa ou faz de verdade. As redes sociais revelam os hábitos de cada um e expõe o dia a dia de seus participantes.

Muito mais do que uma grande quantidade de informações e conhecimentos, a internet é capaz de contar a história da sociedade. Entre as facetas está também o seu lado monstruoso, que há pouco tempo era trancado dentro das casas.

20 NOV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Testemunhas de defesa da médica Virgínia são ouvidas

A Justiça começa a ouvir ontem as testemunhas de defesa da médica Virgínia Soares de Souza, acusada de apressar a morte de pacientes em uma UTI do Hospital Evangélico de Curitiba. Ao todo, 11 tes-

temunhas devem prestar depoimentos em favor de Virgínia e outros sete profissionais de saúde também acusados de envolvimento nos supostos crimes.

No fim do mês de setembro, 18 testemunhas de

acusação selecionadas pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) também foram ouvidas pela Justiça. Além da audiência desta terça, marcada para as 13h30, outras três devem ser realizadas no início do mês de dezembro.

20 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

FUNREJUS

Reajuste da taxa de cartório

Líderes de partidos na Assembleia Legislativa se reúnem na segunda-feira com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, para discutir o reajuste do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). O projeto, protocolado pelo TJ em dezembro de 2012, prevê aumento de 50%, dos atuais 0,2% para 0,3%. O presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), acredita em diálogo para chegar a acordo que não pese no bolso do contribuinte.

O tucano revelou que houve entendimento ao novo percentual reivindicado pelo TJ para reajuste das taxas de cartório. Em 2012 projeto encaminhado à Assembleia previa aumentos que variavam de 18 a 300%. Por considerar os percentuais abusivos, o projeto não foi votado. Agora a proposta é de reajuste pela inflação acumulada nos três últimos anos. Rossoni antecipou que o TJ vai retirar o artigo 2.º do texto enviado, que autoriza o presidente do Judiciário a reajustar anualmente as custas por meio de decreto.

20 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Negro se sente
discriminado na
luta por emprego

LUTA PELA IGUALDADE



Alexandre: discriminação.

Apesar de conquistas importantes, negros ainda se sentem discriminados

O Brasil comemora hoje o Dia Nacional da Consciência Negra com longo caminho a percorrer na luta pela igualdade racial. Apesar de conquistas importantes nos últimos anos, a população afrodescendente ainda se sente discriminada, principalmente na hora de procurar espaço no mercado de trabalho.

A Tribuna percorreu ruas do centro e conversou com diversos trabalhadores negros. Todos disseram que já sofreram preconceito na hora de buscar emprego. E



Marielen: grosseria.

reclamam que é muito difícil superar um candidato branco com as mesmas qualificações na disputa pelo posto de trabalho.

Antes de se tornar cantor e modelo, Alexandre Melo teve dificuldade para encontrar o ganha-pão. "Percebi que muitas vezes era discriminado por minha cor, pelo cabelo grande. Já fui fazer entrevista e fui dispensado sem responder a nenhuma pergunta. A situação hoje é melhor do que a enfrentada por meu pai, mas ainda existe muito racismo", ressalta.

PRECONCEITO

"Aqui em Curitiba há muito preconceito", diz a ajudante de vendas Marielen Letícia Ferreira, que veio do Mato Grosso do Sul há cinco anos. "Em muitos lugares, as pessoas olham de forma diferente, te tratam de forma grosseira. Não só na hora de procurar emprego, mas em todo tipo de relacionamento", acredita.



Mirian: cara estranha.

Natural de Curitiba, Mirian Liar tem a mesma impressão. "A gente percebe que algumas pessoas ficam com receio logo que você se aproxima. Acham que é bandido. Quando procurei trabalho, me olhavam da cabeça aos pés, com cara estranha, e nunca me chamavam. Por isso trabalho com minha mãe no carrinho de pipoca", afirma.

CONTINUA

20 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Salário sempre mais baixo

As queixas da população negra encontram respaldo em dados levantados por diversos institutos. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os negros representam quase metade (48,2%) da força de trabalho nas regiões metropolitanas do País. Porém, os salários são em média 36,11% menores que os da população não negra.

Em Curitiba, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os negros ocupam 26,54% dos postos de emprego. Não existem dados específicos sobre a renda dos afrodescendentes na cidade, mas segundo o professor Romeu Gomes de Miranda, ex-presidente do Conselho Esta-

dual de Educação e membro da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular, no dia a dia é possível verificar que a situação é a mesma, ou ainda pior do que no restante do País.

ELITE

“Há uma barreira notável e extraordinária para o negro galgar empregos com remuneração maior. Isso é facilmente constatado quando se observa postos de trabalho considerados de elite”, aponta. “Quando se vai ao shopping, banco ou grande empresa, se percebe que só existem negros trabalhando na limpeza ou segurança. Não é por falta de qualificação. É fruto de grande preconceito, com raízes históricas”. (CM)

Dia de trabalho normal

O Dia da Consciência Negra é comemorado hoje com trabalho normal em Curitiba. A tentativa de derrubar a liminar que suspendeu o feriado em homenagem a Zumbi dos Palmares na cidade foi frustrada na noite de segunda-feira, quando o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), não aceitou o pedido protocolado pela Câmara de Curitiba.

A justificativa de Mendes foi a falta, na documentação enviada pela Câmara, da cópia da decisão do Tribunal de Justiça que suspendeu o feriado. A corte local atendeu pedido da Associação Comercial do Paraná (ACP) e do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), que questionaram a validade da

lei que instituiu o dia de folga.

O OUTRO LADO

A Câmara, porém, nega que tenha falhado na ação. “Não tivemos acesso ao acórdão do TJ em tempo. Solicitamos o documento no dia 11 de novembro, mas só o que conseguimos foi a certidão, sem o teor da decisão”, diz o presidente vereador Paulo Salamuni.

Apesar do revés, a Câmara e entidades do movimento negro vão continuar brigando na Justiça. Além das ações que correm no TJ e no STF, que ainda serão analisadas no mérito, recurso no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tenta colocar Curitiba entre os mais de mil municípios em que a data é comemorada com feriado. (CM)

CONTINUA

20 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ **Negros morrem menos no Paraná**

CONTINUAÇÃO

Enquete de cotas raciais

Das agências

A Câmara dos Deputados tem seção em seu site com enquetes a respeito de projetos de lei em discussão na Casa. Uma das questões que qualquer internauta pode responder é referente ao projeto enviado pela presidente Dilma Rousseff ao Congresso Nacional que cria reserva de 20% das vagas em concursos públicos para cotas raciais.

De acordo com o site da Câmara, a proposta abrange os concursos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das

sociedades de economia mista controladas pela União. Pelo texto, poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no certame, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado da disputa e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Na contramão dos demais estados, no Paraná, o número de negros vítimas de homicídios é menor do que o número de casos de assassinato de “não negros”, segundo dados da pesquisa “Vidas perdidas e racismo no Brasil”, divulgada ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A cada 100 mil habitantes do Estado, 22 negros morrem em casos violentos, contra quase 39 pessoas de outras raças. O estudo também mostrou que a criminalidade diminui em até dois anos a vida de um homem negro e em quase quatro anos, a de um não negro.

Esses dados podem ser explicados pela proporção maior de brancos e pardos, que são 69% e 26% da população paranaense, enquanto negros são apenas 3,39% da população, segundo dados do IBGE referentes a 2011.

Os dados nacionais confirmam que no Brasil, o racismo ainda impulsiona a violência e que os negros continuam sendo as vítimas mais frequentes, proporcionalmente. Todos os anos, 39 mil negros são assassinados no país, contra 16 mil indivíduos de outras raças, aponta a pesquisa. “O negro é duplamente discriminado no Brasil, por sua situação socioeconômica e por sua cor de pele. Tais discriminações combinadas podem explicar a maior prevalência de homicídios de negros”, concluem os pesquisadores do Ipea.

RANKING

Alagoas é o estado que mais tem disparidade entre a violência contra negros e não negros. Para cada pessoa de outra raça vítima de homicídio, 17 negros são assassinados. Espírito Santo e Paraíba seguem logo atrás no ranking dos estados onde mais se matam negros. Em Santa Catarina, a taxa de homicídios é pequena para qualquer raça.

PROGRAMAÇÃO

Mesmo sem feriado, Curitiba vai comemorar o Dia da Consciência Negra. Confira onde vão acontecer as atividades em homenagem à data

Praça Zumbi dos Palmares (Capão Raso) das 9h às 15h

- Banda Lyra
- Coral Nosso Canto Pinheirinho
- N'kosi Sikelel' i Afrika
- MC Big Ernani, MC Lineker, MC Liminha, MC Luizinho
- Pocket show Janine Mathias - Rap
- Banda Galácticos
- South Brothers Breaking
- Apresentações de capoeira e danças africanas Mestre Cica e Squiva
- Encenação da Puxada de Rede pelos alunos do Ponto de Cultura Aplauso
- Lançamento da Campanha 16 Dias de Ativismo
- Combate e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

➤ Escola de Samba Imperatriz da Liberdade

➤ Mestre Déa e Arte Raça

Memorial de Curitiba (Largo da Ordem) a partir das 9h

➤ Exposição fotográfica - O Negro em Curitiba - Luiz Henrique Fontes Vanderlei

Boca Maldita - a partir das 15h

➤ Dança, percussão e shows

➤ Praça Nossa Senhora da Salete (Centro Cívico)

12h

➤ Almoço Barraca Gastronômica - feijoada, acarajé e tapioca

➤ Teatro Guaíra

20h

➤ Grupo Tambores do Paraná e Curitiba do Terreiro Tio Antônio

20 NOV 2013

BEMPARANÁ

Justiça

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), confirmou ontem que a Casa deve votar, até o final do ano, projeto do Tribunal de Justiça que reajusta em 11,45% as taxas relativas às custas judiciais. Já em relação ao projeto que aumenta de 0,2% para 0,3% a alíquota do Fundo de Reequipamento do Judiciário (Funrejus), cobrada sobre a venda ou transmissão de bens imóveis, que está parado no Legislativo desde o ano passado, Rossoni afirma que pretende negociar com o presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, uma redução desse aumento.

Anualidade

O tucano afirmou ainda que a tendência é que a Casa derrube artigo do projeto do TJ que permitiria ao tribunal reajustar automaticamente, a cada ano, as taxas das custas judiciais, por decreto, com base nos índices de inflação, sem necessidade de passar pelo crivo da Assembleia. "Isso retira poder do Legislativo", argumenta Rossoni.

20 NOV 2013

BEMPARANÁ

Movimentos sociais preparam ato e boicote

Com suspensão do feriado, entidades prometem ir às ruas.
Instituições aderem e decretam ponto facultativo hoje

Representantes do movimento negro de Curitiba estiveram na Câmara Municipal, ontem, para manifestar apoio ao feriado do Dia da Consciência Negra. O feriado foi suspenso na Capital. Os movimentos sociais também prometem manifestações em vários pontos da cidade, além de fazer campanha nas redes sociais para que as pessoas boicotem o comércio hoje.

“Também entramos com recursos judiciais, a exemplo do Legislativo. Ingressamos com um mandado de segurança no próprio Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) e com uma reclamação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que deve se manifestar ainda hoje (ontem)”, adiantou Saul Dorval da Silva, presidente do Conselho Municipal de Política Étnico Racial (Comper).

Na segunda-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, manteve o feriado suspenso, recusando uma liminar à Câmara de Curitiba. O presidente do Legislativo municipal, Paulo Salamuni, foi a Brasília conversar com o ministro.

Com a negativa da liminar,

os movimentos que se uniram em um comitê pró feriado, anunciou que fará manifestações às 9 horas, na Praça Zumbi dos Palmares, no Pinheirinho, que recebe programação oficial pela data. Às 12 horas os movimentos fazem novo ato público e panfletagem na Praça Rui Barbosa e na Boca Maldita às 13 horas. Por volta das 18 horas realizam uma marcha em defesa do feriado a partir da Praça Santos Andrade.

Em solidariedade e apoio ao movimento pelo feriado, os movimentos anunciaram que algumas instituições definiram pela realização do feriado hoje. O reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) decretou ponto facultativo. Assim, deixarão de funcionar hoje as unidades administrativas ligadas à Reitoria e Gabinete do Reitor, as pró-reitorias (com exceção da Pró-Reitoria de Administração) e os Centros de Atenção à Saúde (CASA).

Funcionam normalmente os Restaurantes Universitários. Já os Hospitais Universitários seguirão escala em regime de plantões, conforme deliberação de seus conselhos.

CONTINUA

20 NOV 2013

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Dia da Consciência Negra

Comemoração na Zumbi dos Palmares

O Dia da Consciência Negra em Curitiba será comemorado na praça Zumbi dos Palmares, no Pinheirinho, a partir das 8h30. O evento será aberto pela Banda Lyra e contará com apresentações musicais, capoeira e outras atividades relativas a questão afro-brasileira. O prefeito Gustavo Fruet participa da abertura da atividade. As ações na praça se

prolongam até o final do dia e fazem parte do mês da Consciência na Capital.

O Mês da Consciência Negra está sendo promovido desde o dia 9 de novembro pela Prefeitura, com o apoio da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), da Câmara Municipal, e em parceria com as entidades ligadas ao Movimento Negro de Curitiba.

Lapa

Dia da Consciência Negra

Mostras de filmes e exposição fotográfica farão parte da programação cultural da Lapa em comemoração ao Dia da Consciência Negra, entre hoje e o sábado, no Theatro São João e no Centro da Juventude. Os filmes serão exibidos a jovens e adultos de escolas da cidade e as fotografias vão ser expostas a estudantes e comunidade.

Taxa de homicídios mostra racismo

O Paraná é o segundo estado da região Sul a apresentar a maior taxa de homicídios de negros, com 22,6 para cada grupo de 100 mil habitantes, atrás do Rio Grande do Sul, onde a taxa é de 25,1. Porém, o Paraná é estado onde a taxa de homicídios de não negros é a maior entre não negros — 38,7. No Rio Grande do Sul a taxa é de 17,9 mortos para não negros. Já em Santa Catarina, a taxa é de 13,4 entre os negros e 12,6 para não negros.

Os números poderiam descaracterizar a existência de racismo na região — ao menos quando se trata de violência contra a vida do cidadão — não fosse o negro minoria entre os sulistas. Segundo os dados do Censo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Paraná 27,3% da população é negra. Em Santa Catarina, eles somam 13,9% e no Rio Grande do Sul, 18,3% dos moradores.

Os números são da Nota Técnica Vidas Perdidas e Racismo no Brasil, divulgada ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea).

20 NOV 2013

BEMPARANÁ

Violência contra as mulheres

Curitiba inicia os 16 Dias de Ativismo

Hoje será feita a abertura dos 16 Dias de Ativismo, que seguem até o dia 10 de dezembro. A campanha contará com diversas manifestações promovidas pela Secretaria da Mulher em parceria com as demais secretarias municipais, administrações regionais, instituições de ensino, sociedade organizada, com a participação efetiva dos movimentos sociais e de mulheres. A abertura formal será feita pelo prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, durante

as comemorações do Dia da Consciência Negra.

Nesses dias, haverá atos públicos, caminhadas, seminários, palestras, oficinas, atividades culturais, entre outras iniciativas dos vários movimentos que representam os símbolos de luta dos 16 Dias de Ativismo.

O objetivo da campanha é informar, orientar e estimular a participação de todos nos debates sobre o combate e enfrentamento da violência contra as mulheres. O movimento acontece em 159 países.

20 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ARAUCÁRIA

Alunos da rede municipal participam da Semana da Consciência Negra

A Prefeitura de Araucária está realizando uma série de encontros com alunos da rede municipal de ensino para celebrar a Semana da Consciência Negra. No Anfiteatro do Paço Municipal, os alunos participam de encontros com músicas, contos e danças alusivas à cultura africana e afro-brasileira. Desde 2007 é comemorada a Semana a Consciência Negra no município.

O evento da Semana da Consciência Negra quer despertar nos alunos a importância do respeito ao outro e a valorização de culturas que constituem parte da identidade nacional, mas que nem sempre têm o devido destaque. Trabalhos com a temática étnico-racial ocorrem ao longo do ano nas escolas do município. A Semana é a conclusão desse trabalho desenvolvido nas unidades escolares.

A Secretaria Municipal de Educação/Departamento de Ensino Fundamental (SMED) deseja ampliar cada vez mais as ações visando construir uma sociedade de mais respeito a pessoas e combater a todo tipo de intolerância. A SMED tem oferecido várias formações no sentido também de contribuir e oferecer subsídio para que os professores atuem no sentido de desenvolver uma consciência sobre a temática das africanidades no cotidiano da escola.

O professor Jair Santana, coordenador de Educação Étnico-Racial da SMED, considera que a data de 20 de novembro é um dia para refletir sobre o que nós fazemos para que haja paz no mundo. É preciso lembrar que muitos conflitos são causados por questões étnicas. O professor destaca que há duas leis federais diretamente relacionadas à temática étnica na educação: a 10.639/03 e 11.645/08. A primeira torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Já a segunda altera a primeira e torna "obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena".

Na tarde desta segunda-feira, primeiro dia dos encontros, alunos das Escolas Municipais Papa Paulo VI e Vitória Sfindrych participaram das atividades.

20 NOV 2013

METRO

Consciência Negra. Sem feriado, programação será na praça Zumbi dos Palmares

Com o feriado municipal cancelado por determinação do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), a comemoração de hoje do dia da Consciência Negra vai ocorrer principalmente na praça Zumbi dos Palmares, no Pinheirinho.

O evento, organizado pela prefeitura, começa às 8h30, com seis apresentações musicais, escola de samba, capoeira, danças africanas e a encenação da puxada de rede. As últimas apresentações na praça começam às 15h.

Outros lugares também recebem eventos. Ao meio dia, na praça Nossa Senhora da Salette, Centro Cívico, serão montadas barracas de feijoada, acarajé e tapioca. Às 15h, na Boca Maldita, haverá apresentações de dança, percussão e shows. No Teatro Guaíra, às 20h, está marcado um show do grupo Tambores do Paraná e Curimba do Terreiro Tio Antônio. A programação completa está no site da prefeitura: www.curitiba.pr.gov.

br.  METRO CURITIBA

20 NOV 2013

METRO

Caso Virgínia, Testemunhas de defesa da médica são ouvidas

Começaram a ser ouvidas ontem, no Tribunal do Júri, as testemunhas de defesa da médica Virgínia Soares de Souza, suspeita de antecipar a morte de pacientes na UTI Geral do Hospital Evangélico.

De acordo com o advogado dela, Elias Mattar Assad, devem prestar depoimento pessoas altamente especializadas em medicina intensiva, anestesiologia, farmacologia, além de pessoas que conhecem a rotina do hospital.

No mês passado, todas as testemunhas de acusação e mais da metade das testemunhas de defesa dos outros envolvidos foram ouvidas.

A médica é acusada pelo Ministério Público do Paraná de sete homicídios duplamente qualificados, ocorridos entre janeiro de 2006 e fevereiro deste ano, e formação de quadrilha.

Além dela, outros sete médicos também foram denunciados.

Ministério Público

Corregedor-geral será eleito hoje

Será realizada hoje a eleição para o cargo de corregedor-geral do MP-PR (Ministério Público do Paraná). São candidatas, por ordem de antiguidade, os procuradores de Justiça Ernani de Souza Cubas Junior e Arion Rolim Pereira. A eleição será por meio eletrônico, das 9h às 17h.

A posse do vencedor está marcada para 9 de dezembro. © METRO CURITIBA

METRO 20 NOV 2013

Operação contra a pedofilia prende 25 pessoas no país

Polícia Federal. No Paraná, foram sete detidos. Policial militar, soldado da Aeronáutica, médicos e professores estão entre os envolvidos. Brasileiros que moram no exterior também são investigados

Uma operação da PF (Polícia Federal) contra a pedofilia realizada ontem prendeu 25 pessoas em 11 estados, sendo 24 em flagrante e uma de forma preventiva. Todas são suspeitas de estar envolvidas com a produção e o compartilhamento de imagens relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes na internet.

Foram sete detidos no Paraná e o restante em São Paulo (11) Rio Grande do Sul (3), Rio de Janeiro (1), Minas Gerais (1), Ceará (1) e Bahia (1). A ação também ocorreu em Santa Catarina, Alagoas, Maranhão e Goiás.

As vítimas eram meninos e meninas e tinham entre seis meses de idade e 16 anos. Entre os pedófilos estão um policial militar, um soldado da Aeronáutica, vários professores, médicos e um chefe de grupo de escoteiros.

Brasileiros que moram nos Estados Unidos também são investigados por participarem do esquema. Para isso, há a colaboração do FBI.

De acordo com a PF, a maioria dos suspeitos utilizava um site russo para divulgar o material. "A investigação do site começou com a prisão, há alguns anos, de um pedófilo e produtor de material de pornografia infantil. Depois, começamos a investigar outros casos e também foram surgindo outras menções ao site. Foi quando a gente viu que algo errado

400

policiais federais participaram da Operação Glasnost, que em russo significa transparência. Segundo a PF, a palavra foi escolhida porque a maior parte dos investigados utilizava servidores russos para a divulgação de imagens de menores na internet e para realizar contatos com outros pedófilos no mundo todo.

estava acontecendo ali. Passamos a investigar e identificamos muitos brasileiros e pessoas do mundo inteiro que usavam o site para troca de pornografia infantil", explicou o delegado chefe da operação, Flavio Setti.

As investigações duraram dois anos, contaram com a ajuda da Interpol e identificaram quase cem brasileiros envolvidos no crime.

O delegado contou que alguns fatos chamaram a atenção na operação. "Identificamos pais tirando fotos dos filhos de 4, 5 anos e encaminhando para pais de várias partes do mundo para receber outras imagens em troca. E até do próprio pai abusando sexualmente da filha."

Também foram cumpridos 86 mandados de busca e apreensão, além de 20 medidas de condução coercitiva.

Segundo a Polícia Federal, todo o material coletado durante o cumprimento dos mandados de busca será periciado e analisado para que os abusadores e produtores do material pornográfico infanto-juvenil sejam identificados.